



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2015

Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda.

CNPJ: 87.656.989/0001-74

Inscrição Estadual: 065/0021908

Rua do Comércio, 921, Centro, Ijuí -RS

Senhores Associados,

No relatório que segue apresentamos uma análise das principais atividades realizadas no exercício de 2015. Num primeiro momento apresentamos alguns dos fatos que marcaram o ano em análise, onde podemos destacar aqui investimentos na infraestrutura de distribuição de energia, como, por exemplo, a construção da Subestação Ceriluz 02, no município de São Jacó, interior de Santo Augusto, bem como de um novo alimentador na mesma região, beneficiando um número expressivo de associados e familiares. Destaque também para iniciativas de cunho social e ambiental, que fazem parte da política de boa gestão da Ceriluz Distribuição.

No segundo momento apresentamos as Demonstrações Contábeis Societárias e Regulatórias e suas respectivas notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

As informações e números aqui apresentados demonstram o intenso trabalho desenvolvido pela Cooperativa, seus gestores e colaboradores, com o objetivo de garantir, por um lado, energia de qualidade aos nossos consumidores, de modo que estes possam desempenhar seu trabalho e usufruir do conforto que a energia elétrica oferece, enquanto que, por outro, os investimentos realizados são feitos com responsabilidade, a fim de garantir o equilíbrio financeiro da Cooperativa.

Carta do Presidente

Nos reunimos hoje em assembleia para discutir a saúde da Cooperativa, sua infraestrutura física e, claro, pensar no futuro da mesma. É verdade que futuro sempre é uma incógnita, no entanto, se não podemos prevê-lo, podemos tomar iniciativas que interfiram sobre ele e garantam que o que vem por aí seja algo bom. Mas, falar do passado e presente é mais fácil e este relatório nos ajuda a fazer uma análise do que passou em 2015. Ano polêmico, de crise energética e política, ambas as situações com reflexos sobre a Cooperativa.

Em 2015 não registramos o tradicional aumento no consumo de energia entre nossos associados, como vinha ocorrendo ano após ano, desde sua fundação. Arrisco dizer que foi a primeira vez que a Ceriluz registrou queda em sua demanda, na ordem de 3,2%, em relação ao ano anterior. O primeiro motivo foi a questão tarifária. A estiagem nas regiões Sudeste/Centro-Oeste derrubou a produção de energia hídrica no País que, conseqüentemente, utilizou as térmicas, de custo muito superior, que foi repassado aos consumidores em forma de tarifa e bandeiras tarifárias. Importante dizer que os reajustes apresentados não ficaram nas Cooperativas e concessionárias para que elas fizessem investimentos, não, foram repassados ao governo para quitar os valores referentes à geração de energia. Ainda assim, na Ceriluz, tivemos um reajuste médio de 16,5%, o que podemos chamar de moderado, principalmente considerando que outras distribuidoras tiveram mais de 50% de aumento nas tarifas considerando revisões extraordinárias e ordinárias. Soma-se a questão energética a crise econômica enfrentada no Brasil, onde presenciamos situações de desemprego em algumas áreas e aumento significativo no custo de vida. Claro que a opção do brasileiro foi reduzir despesas o que incluiu a fatura de energia mensal.

Apesar da queda de consumo temos que comemorar o ano de 2015. Primeiro porque apesar dos significativos índices de chuva no nosso Estado, não registramos em nossa região nenhum grave temporal, garantindo assim estabilidade no fornecimento de energia para nossos associados e tranquilidade para a realização do trabalho por parte de nossos colaboradores. Além disso, foi um ano de muitos investimentos, onde destacamos aqui a conclusão e operação da Subestação Ceriluz 02, em Santo Augusto, e de um novo alimentador que atinge toda a região norte. Investimentos que melhoram de forma expressiva a qualidade da energia numa região onde ainda não tínhamos a excelência que desejávamos. Poder investir em um momento de recessão é sempre uma ótima razão para comemorar.

Para 2016 seguiremos esse trabalho de melhorias no nosso sistema de distribuição e queremos comemorar o crescimento da Cooperativa ao longo desses últimos. Faremos isso comemorando juntos o cinquentenário da Ceriluz, a completar-se em agosto. Queremos a participação de todos e isso começa aqui, hoje, em nossa Assembleia. Muito obrigado pela presença.

NEGÓCIO

“Comercializar energia dentro de sua área de ação, atendendo às necessidades dos consumidores das classes Rural, Residencial, Industrial, Comercial e Pública, focando a qualidade exigida para a realização de suas atividades diárias”.

MISSÃO

“Melhorar a condição de vida do associado, fornecendo energia de qualidade, com eficiência e de forma sustentável”.

VISÃO

“Da geração à distribuição, para além da energia”.

PRINCÍPIOS

Ação e Transparência

Ética e Senso de Justiça

Interoperação e Competência

Cidadania

Solidariedade

União

Zelo

DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – CERILUZ distribui energia elétrica em vinte e seis municípios da sua região de abrangência e atende um consumidor livre.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 172 novas ligações, com destaque para 93 residenciais, 08 comerciais, 72 rurais, 02 industriais, enquanto se registrou a redução de 3 consumidores do poder público, totalizando 13.477 consumidores atendidos pela Outorgada, número 1,29% superior ao de 2014.

Tabela 1: Número de Consumidores últimos 5 anos

2010	Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
1.118	Residencial	1.177	1.220	1.257	1.371	1.464
658	Comercial	658	667	661	670	678
40	Industrial	39	41	46	54	56
10.542	Rural	10.612	10.752	10.881	10.975	11.047
168	Poderes Públicos	168	170	171	167	164
25	Iluminação Pública	26	27	29	29	29
8	Serviço Público	8	16	39	39	39
12.559	Total	12.688	12.893	13.084	13.305	13.477
	Variação	1,03%	1,62%	1,48%	1,69%	1,29%

Comportamento do mercado

A Ceriluz registrou queda no fornecimento de energia elétrica no ano de 2015 em relação ao ano de 2014. A Cooperativa totalizou a distribuição de 115,3 milhões de quilowatts/hora (kWh) no ano passado, número 3,2% inferior aos 119,1 milhões kWh do ano anterior. Os associados da Cooperativa seguiram a mesma tendência dos consumidores do Brasil que, no acumulado dos doze meses do ano passado, apresentaram uma variação negativa de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS).

Quanto ao consumo das classes, ocorreu a seguinte evolução: a classe Industrial teve crescimento de 7,08%; a classe Residencial apresentou evolução de 4,12%; a classe Iluminação Pública cresceu 2,44%, já a classe Serviço Público aumentou em 7,58%, as classes Comercial, Rural e Poder Público tiveram redução na distribuição de energia elétrica neste período, de 7,72%, 9,6% e 5,6% respectivamente.

No geral os fatores que levaram a esse resultado negativo na Ceriluz são os mesmos no país e na região: recessão econômica e o aumento nas tarifas de energia, além das bandeiras tarifárias implantadas para cobrir os custos de produção de energia térmica devido ao registro da estiagem nas regiões Sudeste/Centro-Oeste, principais produtores de energia hídrica. A

região, no entanto, apresentou um novo fator determinante: o clima. A ocorrência do fenômeno El Niño, com chuvas regulares e uma entrada de verão com temperaturas mais amenas, proporcionou aos associados a chance de consumir menos energia, exigindo menos climatização e menor uso da irrigação na área rural.

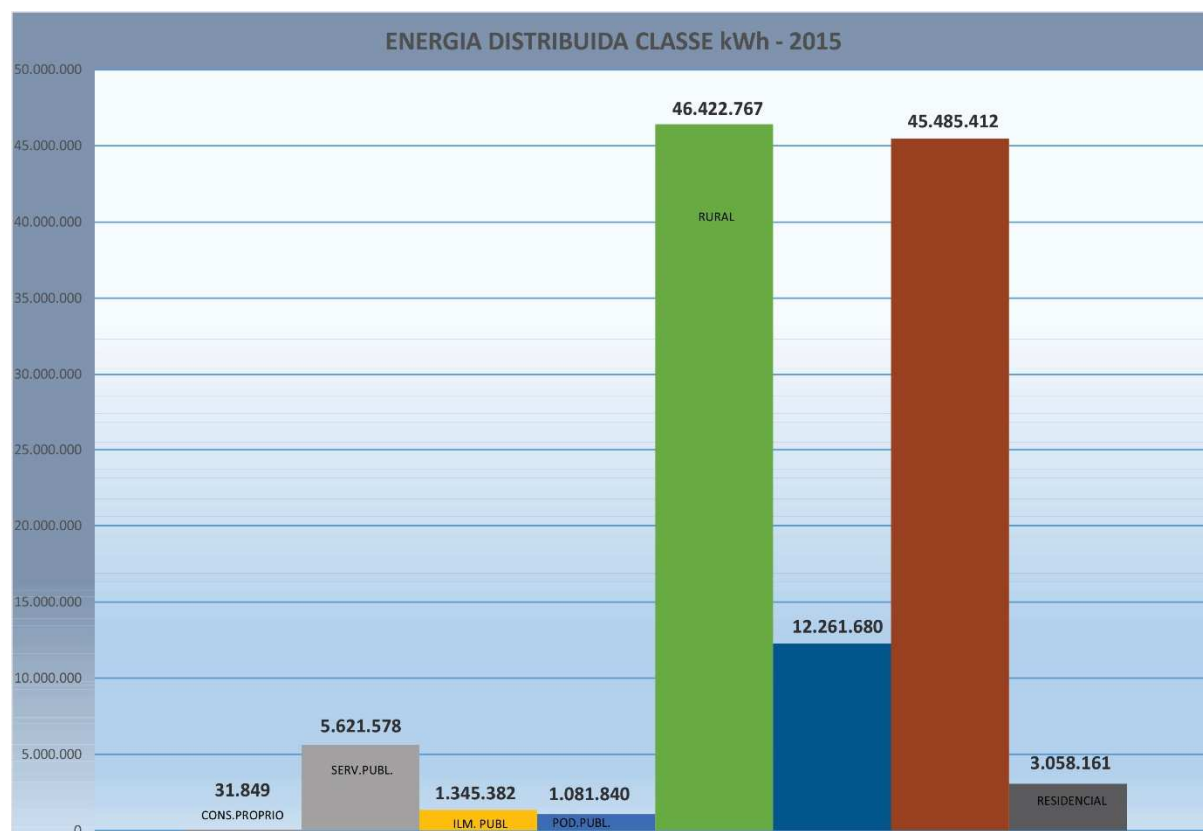
A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Tabela 2: Mercado Atendido

2010	Consumidores	2011	2012	2013	2014	2015
1.118	Residencial	1.177	1.220	1.257	1.371	1.464
658	Comercial	658	667	661	670	678
40	Industrial	39	41	46	54	56
10.542	Rural	10.612	10.752	10.881	10.975	11.047
168	Poderes Públicos	168	170	171	167	164
25	Iluminação Pública	26	27	29	29	29
8	Serviço Público	8	16	39	39	39
12.559	Total	12.688	12.893	13.084	13.305	13.477
	Variação	1,03%	1,62%	1,48%	1,69%	1,29%

Abaixo, gráfico com o energia distribuída por classe, registrado no ano de 2015:

Gráfico 1: Energia Distribuída Classe kWh - 2015



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em 2015 apresentou um crescimento de 1,29 % sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 1: Número de Consumidores

Classe	2015	2014	%
Residencial	1.464	1.371	6,78%
Industrial	56	54	3,70%
Comercial	678	670	1,19%
Rural	11.047	10.975	0,66%
Outros	232	235	-1,28%
Total	13.477	13.305	1,29%

Tarifas

No dia primeiro de julho entraram em vigor as novas tarifas de energia da Ceriluz, baseadas na Resolução Homologatória 1.913/2015, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A agência reguladora definiu os reajustes para cada classe consumidora de energia, com efeito médio de 16,59% de reajuste, sendo 19,08% para consumidores Baixa Tensão e 14,71% para consumidores Alta Tensão. Na prática a tarifa Rural passou a ser de R\$0,23 o quilowatts/hora (kWh), aumento de 19,6% em relação ao valor anterior, quando era R\$0,19 o kWh. A tarifa Residencial passou para R\$0,34 o kWh, elevação de 14,4% em relação praticada até então, de R\$0,30 o kWh. Nas demais classes a tarifa passou a ser de R\$0,34 o kWh, reajuste de 18,3% em relação à anterior, que era de R\$0,29 o kWh.

O aumento registrado foi mais expressivo em razão do cenário elétrico nacional, afetado por dificuldades de geração e aumento do custo de produção de energia. No entanto, a elevação das tarifas da Ceriluz foi uma das menores entre as distribuidoras brasileiras, considerando o Reajuste Extraordinário concedido em fevereiro e o Reajuste Anual pelo qual elas passaram também no mês de junho. Considerando os valores atuais pagos pelos associados da Ceriluz, atualmente os consumidores têm a menor tarifa de energia da região, comparando com concessionárias e cooperativas, apesar de ela responder pelas mesmas obrigações das demais distribuidoras.

Quadro 2: Tarifa média de fornecimento

Classe	2015	2014
Residencial	343,75	326,82
Industrial	279,79	218,32
Comercial	342,41	298,34
Rural	248,13	211,16
Suprimento	80,57	60,87
Média	254,49	246,79

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 3: Qualidade do fornecimento

Ano (incluir os últimos 5 anos)	DEC (horas)	FEC (interrupções)
2011	27,09	25,49
2012	35,20	33,23
2013	29,60	37,51
2014	20,83	20,61
2015	15,65	12,88

Atendimento ao consumidor

Além das atividades constantes de manutenção preventiva e corretiva das redes de distribuição de energia, a Ceriluz busca sempre avaliar as principais necessidades dos associados/consumidores e, dentro de suas possibilidades realizaram investimentos na sua infraestrutura, incluindo a construção de novas redes alimentadoras e sistemas de distribuição. E o ano de 2015 é um bom exemplo disso, quando várias melhorias foram realizadas.

O exemplo mais concreto foi a construção da Subestação Ceriluz 02, localizada em São Jacó, no município de Santo Augusto, que entrou em operação em julho de 2015, qualificando e ampliando a capacidade de fornecimento naquela região. Com uma potência de 10 Megavolt-ampére (MVA) a subestação beneficia diretamente moradores de Santo Augusto, Chiapetta, Nova Ramada e Inhacorá, além de outros municípios próximos, totalizando mais de duas mil

famílias.

Figura 1: Subestação Ceriluz 02, em São Jacó, Santo Augusto.

A SE Ceriluz 02 traz mais segurança para os associados que poderão ampliar seus



investimentos considerando a capacidade instalada da nova estrutura. Ela possui duas opções de conexão, o que possibilita manobras e um menor tempo sem energia no caso de problemas no abastecimento por parte da RGE, fornecedora da Ceriluz no local. Outro diferencial é que, até então, a Cooperativa estava conectada à concessionária em uma rede de 23 mil volts, onde as intercorrências são muito mais comuns do que em linhas de 69 mil volts, onde ela está conectada atualmente.

O investimento realizado na subestação ficou próximo a R\$ 5,5 milhões. O valor é significativo, mas pode ser considerado baixo comparado com outras subestações do mesmo porte, o que se deve ao reaproveitamento de dois transformadores de 5 MVA cada, que foram retirados da subestação Ceriluz 01, em Ijuí, quando esta teve sua carga ampliada com dois transformadores de 10 MVA cada.

Outro investimento realizado na região consiste numa extensão da iniciativa citada acima (construção da Subestação Ceriluz 02). Trata-se de um alimentador duplo (redes principais) que leva energia elétrica especialmente para comunidades dos municípios de Santo Augusto e Nova Ramada. São aproximadamente onze quilômetros de redes duplas e outros quatro quilômetros de rede simples, totalizando um investimento de R\$ 1,3 milhões. A obra chama a atenção pela sua qualidade, com postes de concreto e cabos reforçados, além de uma

sinalização diferenciada para os postes e estais, visando evitar acidentes com máquinas e equipamentos agrícolas. O investimento representa uma nova etapa de melhoria na energia local, projeto iniciado com a implantação da Subestação Ceriluz 02, em São Jacó, Santo Augusto, que abastece o novo alimentador.

Considerando todos estas iniciativas que a Ceriluz vem tomando, ela vem obtendo uma boa aprovação frente aos seus associados/consumidores, como comprova o significativo grau de aprovação que ela obteve no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), divulgado em novembro de 2015 pela Agência Nacional de Energia Elétrica. A pesquisa se caracteriza por entrevistas realizadas por amostragem entre consumidores das distribuidoras, avaliando quesitos como qualidade percebida, valor das tarifas, satisfação nos serviços prestados, confiabilidade e fidelidade. A partir destes dados a Aneel define a média de aprovação de cada uma das organizações analisadas.

A Ceriluz inclui o grupo de 38 permissionárias analisadas e alcançou uma média geral de 78,73% de aprovação, se consolidando entre as melhores cooperativas de distribuição de Energia. Com o resultado ela tornou-se a quarta melhor cooperativa do País com mais de 10 mil associados, e a sexta melhor, ao se comparar também as cooperativas com menos de 10 mil consumidores. Se compararmos às cooperativas gaúchas, a Ceriluz ficou na segunda colocação. Para chegar a esse índice a Aneel realizou 63 entrevistas com consumidores da Classe Residencial dos municípios de Ijuí e Coronel Barros.

Relações com o mercado

A Cooperativa mostra-se ativa dentro do setor energético, buscando várias alternativas para melhor se adaptar às suas especificidades e regulamentações. Entre as iniciativas que melhor ajudam neste relacionamento com o mercado, não só por parte da Ceriluz, mas das demais cooperativas, está sua filiação à Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul – FECOERGS, e num âmbito ainda maior, na Confederação Brasileiras das Cooperativas de Infraestrutura – INFRACOOOP, que unidas ganham forças para integra-se ao debate de uma série de questões referentes ao setor.

Ao longo de 2015 a Ceriluz engajou-se nas discussões promovidas pela Federação e pela Confederação, participando de uma série de eventos e atividades promovidas no ano em questão. Entre as principais pautas tratadas pelas cooperativas neste ano, lideradas pelas entidades representativas, esteve a questão tarifária, incluindo a revisão da metodologia tarifária, debatido pela Aneel por meio da Audiência Pública nº 62/2015.

Ainda na linha da interoperação buscou compartilhar informações com outras cooperativas coirmãs, promovendo inclusive treinamentos de equipes de forma compartilhada, seja de colaboradores das áreas técnicas ou da administrativa. Abaixo seguem dois exemplos sobre o mencionado:

A Ceriluz sediou nos dias 12 e 13 de março reunião do Programa de Padronização FecoerGs - Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande Sul, cujo objetivo principal é unificar os métodos de trabalho das cooperativas que integram o

sistema. A reunião teve duas linhas de trabalho, uma focada na parte técnica, analisando os procedimentos de construção e manutenção de redes, e outra voltada à segurança no trabalho, verificando riscos e ações de prevenção de acidentes. O Programa de Padronização da Fecoergs possui mais de 400 documentos com procedimentos elaborados, os quais as 23 cooperativas filiadas à federação seguem. As inovações implantadas são repassadas aos colaboradores das áreas técnicas por meio de qualificações rotineiras nos centros de treinamentos próprios da federação.

Outra amostra do sexto princípio do Cooperativismo, a Interoperação, foi dada em setembro onde diversas cooperativas gaúchas, estiveram reunidas em Ijuí, na sede da Ceriluz para um treinamento de contadores e auxiliares de contabilidade, sobre um sistema de envio de documentos contábeis para a Receita Federal. O encontro reuniu profissionais das cooperativas Ceriluz, Cerfox, Cooperluz, Cermissões, Creluz e Coopernorte, além do consórcio de cooperativas Coogerva, divididos em representantes de cooperativas de Geração de Distribuição de Energia. O objetivo foi compreender e atualizar um sistema de transmissão de dados produzido pela Useall, empresa que elabora softwares de gestão empresarial para todas as cooperativas citadas. Ao invés de prestar esta consultoria individualmente, em cada uma das cooperativas, optou-se por congrega essa atividade em Ijuí, escolhida pela sua posição geográfica, centralizada no interior do estado.

Gestão pela qualidade total

Em 2015 as ações voltadas à implantação da qualidade total dentro da Ceriluz, atingindo principalmente sua prestação de serviços, referem-se principalmente a implantação do Sistema ISO 9001, sistema internacional de padronização de serviços e produtos. Atualmente a Cooperativa está em processo de formatação das normas e de procedimentos de todos os seus serviços, passando posteriormente para a certificação. Para ser certificada a Ceriluz precisa passar por diferentes fases e cumprir vários requisitos.

Além dos parâmetros estabelecidos pela ISO a Ceriluz já busca seguir os procedimentos exigidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Norma Regulamentadora (NR) 414, que deve ser obedecida por todos os agentes distribuidores de energia do País, bem como obedece determinações de qualidade estabelecidas pelo projeto de padronização implantado pela Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do sul (FECOERGS) como já apresentado no item “relação com o mercado”.

Ações na área da segurança no trabalho também podem ser enquadradas dentro desse conceito “Gestão da Qualidade Total”, especialmente no que se refere às Normas Regulamentadoras 10, 12 e 35 que se aplicam sobre as atividades da Ceriluz. Neste ponto treinamentos realizados buscaram reiterar práticas preventivas de modo a evitar acidentes de trabalho. A primeira refere-se a riscos de acidentes em trabalhos em redes e sistemas elétricos. Já a NR-12, por sua vez, define referências técnicas e medidas de proteção para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes relacionados ao uso de máquinas e equipamentos. Por fim, a (NR)

35, que trata dos riscos de acidentes no trabalho em altura. Os colaboradores da Ceriluz enfrentam qualificações constantes sobre todas estas normas, seguindo ao que exige o Ministério do Trabalho.

Por fim, vale mencionar o trabalho da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) composta por membros eleitos por colaboradores e indicados pela diretoria da Ceriluz, renovado anualmente, e quem tem a atribuição de gerir os riscos de acidentes, assim como promover atividades de conscientização, como a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT).

Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social é uma atribuição intrínseca ao Cooperativismo e também às cooperativas de eletrificação, uma vez que elas surgiram para suprir a necessidade coletiva por energia elétrica, situação que não era resolvida por empresas de cunho privado ou público. Isso se atribui também à Ceriluz. Porém, nos últimos anos, com a consolidação de seu sistema de distribuição de energia, a Ceriluz pôde rever seus investimentos e optar por redirecioná-los para ações socioambientais não diretamente ligadas à distribuição de energia. Foi implantado então o Programa Além da Energia (PAE), que tem à sua sombra alguns projetos sociais desenvolvidos junto ao seu público alvo, especialmente associados, mas atingindo também a comunidade de uma forma geral. Seguem os projetos:

Projeto de Formação e Educação Cooperativista

Em 2015 a Ceriluz promoveu cinco encontros por meio do Projeto de Formação e Educação Cooperativista ao longo de 2015. Foram visitadas a Linha 15 Norte, no município de Ajuricaba; Parador, em Ijuí; São João, Augusto Pestana; a Vila Itaí, em Ijuí e a Esquina Bom Sucesso, em Catuípe. Os encontros contam com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop/RS. As ações estiveram divididas em dois momentos. Primeiro com a presença de um representante da direção da Cooperativa, onde foram apresentados números financeiros e a infraestrutura da Ceriluz. No segundo momento a palavra era do professor/doutor em administração Pedro Luís Büttenbender, que abordava o tema Cooperativismo, Agronegócio e Desenvolvimento.

Plano de Saúde

Por meio dele a Ceriluz disponibiliza também aos seus associados um Plano de Saúde ambulatorial graças a uma parceria com a Cooperativa Médica Unimed Noroeste, pelo qual os beneficiários têm o direito a consultas e exames médicos preventivos, não cobrindo internação. Atualmente o beneficiário paga R\$ 71,37 mensais.

Beneficiários 2015: 4.730

Titulares 2015: 2019

Dependentes 2015: 2711

Novas adesões em 2015: 271+414=685

Seguro Residencial

O associado da Ceriluz tem a possibilidade de segurar seu imóvel com uma contribuição mensal de R\$ 5,99 em sua conta de energia. Em 2015 eram 3.085 associados beneficiários do seguro com cobertura caso suas residências venham a ser danificadas por incêndio, raio, explosão, vendaval ou granizo. Esse produto, o Seguro Residencial, é um benefício social oferecido pela Ceriluz através de uma parceria com a Sefeeld Seguros e a Zurich Seguradora. O Valor das coberturas é de R\$ 35.000,00, em caso de incêndio, raio ou explosão e R\$ 2.000,00 para danos com vendaval e granizo. São cobertas residências que estejam adimplentes com sua conta de luz e constantes na fatura mensal da apólice de seguro referente ao mês de ocorrência do sinistro. Para o associado que queira aderir à proposta do seguro residencial, este deve estar com sua Unidade Consumidora (UC) ativa e comparecer aos escritórios da Cooperativa para solicitar a adesão portando os documentos pessoais.

Novas adesões em 2015: 114

Auxílio Funeral

Pensando na tranquilidade das famílias do associado num momento tão difícil quanto o falecimento deste ente querido, a Ceriluz disponibiliza o Auxílio Funeral, que repassa R\$ 1.000,00 no momento do seu falecimento. Esse valor, no entanto, somente é repassado em caso de falecimento do titular da conta de energia ativa e não no caso de morte de outro membro da família.

Projeto Atitude Limpa

Por fim, a Cooperativa desenvolve o Projeto Atitude Limpa que se enquadra também nas ações do Programa Além da Energia e tem como finalidade estimular a conscientização ambiental entre colaboradores e público da Cooperativa. Internamente orienta e estimula colaboradores a fazer uso correto de energia elétrica, da água e prega o aproveitamento inteligente do material de escritório, evitando gerar resíduos sólidos. Já externamente desenvolve palestras e visitas às usinas para estudantes das escolas da região. Neste ano 21 escolas visitaram nossas usinas atingindo mais de 650 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos, muitos cursando graduação em áreas ligadas à energia elétrica.

Programa de Eficiência Energética

Entre as ações sociais desempenhadas pela Ceriluz é possível citar também o Programa de Eficiência Energética (PEE), realizado em 2015 em sua segunda edição. A partir dele os consumidores da Classe Residencial, cadastrados como Baixa Renda e que não foram contemplados no PEE anterior, tiveram a oportunidade de receber lâmpadas LED, novas geladeiras classe econômica e chuveiros elétricos com trocadores de calor. No total foram substituídos 110 chuveiros por conjuntos de trocador de calor + chuveiro, 50 geladeiras usadas por novas Consumo A e 5 mil lâmpadas incandescentes por outras de tecnologia LED.

Além da distribuição dos equipamentos, o programa prevê também a prática da educação ambiental e, neste sentido, nos dias 27 e 28 de outubro, a Ceriluz em parceria com a empresa 5EC Engenharia realizou um total de quatro palestras para estudantes de 6º ao 9º ano do ensino fundamental de diferentes escolas da região: Escola Municipal Miguel Burnier, Coronel Barros; Escola Estadual Dr. Bozano, Bozano; e a Escola Estadual Comendador Soares de Barros, Ajuricaba. A palestra esteve dividida em três momentos: contextualização do programa; dicas de consumo eficiente de energia e orientações para a segurança dos consumidores.

No total foram investidos pela Ceriluz aproximadamente R\$ 450 mil e a previsão é de redução de demanda por energia na ordem de 325 MWh no período de um ano. O Programa de Eficiência Energética é regulamentado pela lei 9.991, de 24 de julho de 2000 e complementado por resoluções posteriores da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Ele define a aplicação anual de no mínimo 0,5% da receita operacional líquida das concessionárias e permissionárias de energia em ações que tenham por objetivo combater o desperdício de energia elétrica.

Agradecimentos

Queremos registrar nesse espaço nosso agradecimento a todas as pessoas que estiveram envolvidas na elaboração deste documento, de forma especial aos setores administrativos, onde coube a cada um deles apresentar as informações que lhes eram cabíveis. Também devemos deixar aqui nossa congratulação a atual diretoria da Ceriluz, citando os conselhos de Administração e Fiscal, que desempenharam suas funções de forma correta e efetiva, de forma a obter os resultados financeiros e estruturais apresentados por meio deste relatório. Não menos importantes são nossos colaboradores que ao longo de 2015 desenvolveram de forma brilhante suas atividades, seja na área técnica ou administrativa, garantindo, de forma geral a satisfação de nossos associados/consumidores. Desejamos que em 2016 todos sigam aplicando seus esforços no nobre objetivo de distribuir energia de qualidade, ajudando a promover o desenvolvimento da sociedade local.

Ijuí, 26 de fevereiro de 2016

A Administração

1. Demonstrações Contábeis

SOCIETÁRIAS

1. BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em Reais (R\$).

ATIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE		8.003.192,44	8.969.585,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	1.256.709,24	327.899,70
Consumidores	7	4.087.590,53	4.148.391,67
Outros Recebíveis	13	879.828,05	3.196.956,90
Tributos Compensáveis	9	774.537,79	585.059,22
Estoques	10	294.210,55	237.160,30
Serviço em Curso	8	656.202,76	420.109,00
Despesas pagas antecipadamente	12	10.726,86	18.539,97
Títulos e Valores Mobiliários	11	43.386,66	35.468,88
NÃO CIRCULANTE		47.777.224,10	50.482.157,07
Realizável Longo Prazo	14	1.924.843,54	8.670.007,25
Tributos Compensáveis	9	812.335,25	1.039.857,55
Depósitos vinculados a litígios	22	6.500,00	0,00
Indenização Pela Concessão a Receber		924.923,44	672.782,81
Outros		181.084,85	6.957.366,89
Investimento	15	58.595,40	53.967,77
Imobilizado	16	1.037.698,28	739.568,82
Intangível	16	44.756.086,88	41.018.613,23
TOTAL DO ATIVO		55.780.416,54	59.451.742,71

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

2. BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em Reais (R\$).

PASSIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE		5.859.661,25	3.234.145,95
Fornecedores	17	1.024.797,00	285.972,95
Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	1.082.758,03	982.226,82
Tributos e Contribuições	19	141.421,45	296.007,35
Empréstimos e Financiamentos	20	1.772.176,42	990.194,28
Outras Contas a Pagar	21	549.961,74	155.375,59
Provisão para Litígios	22	12.400,00	0
Encargos Setoriais	23	1.276.146,61	524.368,96
NÃO CIRCULANTE		4.090.025,95	3.282.378,74
Empréstimos e Financiamentos	20	2.456.175,84	2.060.237,96
Provisão para Litígios	22	500.000,00	0,00
Outros Credores	24	1.133.850,11	1.222.140,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	45.830.729,34	52.935.218,02
Capital Social Integralizado		6.648.536,35	6.647.787,72
Reservas de Capital		568.115,82	568.115,82
Reserva de Sobras		28.372.599,39	34.260.330,88
Reservas de Reavaliação		9.097.759,56	9.935.922,09
Sobra à Disposição da A.G.O.		1.143.718,22	1.523.061,51
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.780.416,54	59.451.742,71

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

3. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em Reais (R\$).

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
Receita Operacional	27	50.435.026,71	45.582.579,15
Fornecimento de energia elétrica		37.558.768,06	31.906.157,16
Outras receitas operacionais		5.611.042,52	5.637.440,51
Receita de construção		7.265.216,13	8.039.161,48
Deduções da Receita Operacional	27	(10.877.642,55)	(6.031.946,01)
Tributos e contribuições sobre a receita		(6.434.110,05)	(5.285.575,10)
Encargos setoriais		(4.443.532,50)	(746.370,91)
Receita Operacional Líquida		39.557.384,16	39.550.813,14
Custo do Serviço	28	(30.815.753,93)	(27.486.097,68)
Custo da energia elétrica		(12.463.028,61)	(9.746.248,09)
Custo de operação		(11.087.509,19)	(9.700.688,11)
Custo de construção		(7.265.216,13)	(8.039.161,48)
Despesas Operacionais	29	(4.133.911,07)	(6.224.883,37)
Despesas operacionais		(4.133.911,07)	(6.224.883,37)
Resultado do Serviço (líquido)		4.607.719,16	5.839.832,09
Resultado Financeiro		(120.861,91)	190.771,08
Receita financeira		449.720,82	330.060,89
Despesa financeira		(570.582,73)	(139.289,81)
Resultado Antes dos Tributos Sobre a Sobra/Lucro		4.486.857,25	6.030.603,17
Tributos sobre o lucro corrente			-
Sobra Líquida do Exercício		4.486.857,25	6.030.603,17

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

4. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em Reais (R\$).

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
RECURSOS		
Resultado Líquido do Período	5.718.591,09	7.615.307,57
Resultado com Associados	4.486.857,25	6.030.603,17
Resultado com Terceiros	-	-
Realização de Reservas Reavaliação	622.990,24	645.957,35
Utilização FATES	608.743,60	938.747,05
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	0,00	0,00
Destinações de Caráter Legal Estatutário	4.574.872,87	6.092.246,06
Reserva Legal 45% – Artigo 47	2.573.365,99	3.426.888,41
FATES – 5% – Artigo 47	285.929,55	380.765,38
Reserva Manutenção Redes 30% – Artigo 47	1.715.577,33	2.284.592,27
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.143.718,22	1.523.061,51

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS	LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2013	6.635.716,26	568.115,82	10.898.838,00	27.689.091,98	1.408.680,98	47.200.443,04
Realização do Capital	12.071,46	-	-	-	-	12.071,46
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	1.408.680,98	(1.408.680,98)	-
Realização Reserva Reavaliação	-	-	(962.915,91)	-	-	(962.915,91)
Capitalização de Sobras Sicredi	-	-	-	9.058,91	-	9.058,91
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.523.061,51	1.523.061,51
Aplicação FATES	-	-	-	(938.747,05)	-	(938.747,05)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	6.092.246,06	-	6.092.246,06
Saldo em 31.12.2014	6.647.787,72	568.115,82	9.935.922,09	34.260.330,88	1.523.061,51	52.935.218,02
Realização do Capital	748,63	-	-	-	-	748,63
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	1.137.275,19	(1.523.061,51)	(385.786,32)
Realização Reserva Reavaliação	-	-	(838.162,53)	-	-	(838.162,53)
Capitalização de Sobras Sicredi	-	-	-	8.864,05	-	8.864,05
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.143.718,22	1.143.718,22
Aplicação FATES	-	-	-	(608.743,60)	-	(608.743,60)
Realização Reserva Estatutária	-	-	-	(11.000.000,00)	-	(11.000.000,00)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	4.574.872,87	-	4.574.872,87
Saldo em 31.12.2015	6.648.536,35	568.115,82	9.097.759,56	28.372.599,39	1.143.718,22	45.830.729,34

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

6. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em Reais (R\$).

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	31.12.2015	31.12.2014
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Arrecadação Venda de Energia	42.805.705,67	31.363.057,66
Arrecadação TUSD Consumidores Livres	185.166,15	462.876,26
Serviço Taxado	7.170,74	7.077,68
Recebimento de Subvenção	6.120.439,50	5.464.524,50
Outros Recebimentos Operacionais	589.558,18	988.395,07
Fornecedores - Materiais e Serviços	(6.709.640,39)	(10.800.700,06)
Fornecedores - Energia Elétrica	(9.761.800,11)	(7.478.786,47)
Salários e Encargos Sociais	(7.966.267,97)	(7.551.326,09)
Tributos sobre a Receita - Federais	(553.454,12)	(608.429,66)
Tributos sobre a Receita - Estaduais	(5.382.490,67)	(3.312.153,77)
Encargos de Transmissão	(1.365.791,13)	(1.515.166,47)
Demais Encargos Regulatórios	(3.746.116,84)	(597.550,18)
Outras Despesas Operacionais	(1.960.939,24)	(1.577.163,50)
Impostos, taxas e contribuições	(862.801,25)	0,00
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11.398.738,52	4.844.654,97
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Participações Societárias	0,00	5.963,98
Alienação de Imobilizado	10.000,00	4.264,84
Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações.	276.604,81	192.718,08
Resgate/Recebimentos de Ativos Financeiros – Amortiz. E Juros	505.584,33	7.162.850,68
Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(507.917,78)	(2.007.362,16)
Aquisição Bruta de Imobilizado	(5.466.241,98)	(6.813.514,49)
Subvenções (Consumidor, União, Estados, Munic., PLPT,...)	1.175.089,37	1.232.482,47
Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's em	(100,00)	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(4.006.981,25)	(222.596,60)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Curto Prazo	0,00	700.000,00
Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Longo Prazo	2.141.115,00	1.666.805,00
Empréstimo Concedido	(17.588.118,61)	(11.909.600,00)
Recebimento Empréstimo Concedido	10.469.000,00	5.326.000,00
Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - Curto Prazo		
Principal	(981.577,45)	(281.577,36)
Encargos	(503.418,57)	(60.482,40)
Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - Longo Prazo		
Principal	0,00	0,00
Encargos	0,00	0,00
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(6.462.999,63)	(4.558.854,76)
Caixa Líquido Gerado no Período	928.757,64	63.203,61
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	327.899,70	264.696,09
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.256.657,34	327.899,70
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	928.757,64	63.203,61

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



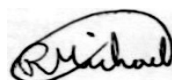
RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

7. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em Reais (R\$).

	2015	2014
1. Receitas	50.435.026,71	45.582.759,15
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	37.558.768,06	31.906.157,16
Receita c/ Construção	7.265.216,13	8.039.161,48
Outras receitas	5.611.042,52	5.637.440,51
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	24.600.837,79	24.303.122,44
Custo c/ Construção	7.265.216,13	8.039.161,48
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	12.463.028,61	9.414.087,15
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.872.593,05	6.849.873,81
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	25.834.188,92	21.279.636,71
4. Depreciação, amortização e exaustão	2.077.654,30	2.033.579,67
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA (3-4)	23.756.534,62	19.246.057,04
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	449.720,82	330.060,89
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	449.720,82	330.060,89
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	24.206.255,44	19.576.117,93
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	6.702.697,41	5.938.248,12
Remuneração direta	4.712.581,62	4.521.703,97
Benefícios	1.377.436,99	885.679,82
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	612.678,80	530.864,33
Impostos, taxas e contribuições	12.446.118,05	7.467.976,83
Federais	6.571.669,11	2.631.221,53
Estaduais	5.874.448,94	4.836.755,30
Remuneração de capitais de terceiros	570.582,73	139.289,81
Juros	570.582,73	139.289,81
Remuneração de capitais próprios	4.486.857,25	6.030.603,17
Lucros retidos	4.486.857,25	6.030.603,17
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	24.206.255,44	19.576.117,93

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ILOIR DE PAULI
DIR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

8. DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS COM ASSOCIADOS E TERCEIROS
Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em Reais (R\$).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2015	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo
Receita operacional	50.435.026,71	50.435.026,71	-
Fornecimento de energia elétrica - TE	13.550.814,10	13.550.814,10	-
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD	24.007.953,96	24.007.953,96	-
Outras receitas operacionais	5.611.042,52	5.611.042,52	-
Arrendamentos e Aluguéis	2.910,60	2.910,60	-
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas	5.556.277,76	5.556.277,76	-
Ganhos na Alienação de Materiais	38.263,94	38.263,94	-
Serviço Taxado	7.170,74	7.170,74	-
Outras Receitas	6.419,48	6.419,48	-
Receita de Construção	7.265.216,13	7.265.216,13	-
Deduções da receita operacional	(10.877.642,55)	(10.877.642,55)	-
Tributos e contribuições sobre a receita	(6.434.110,05)	(6.434.110,05)	-
Federais	(559.661,11)	(559.661,11)	-
PIS	(99.665,59)	(99.665,59)	-
COFINS	(459.995,52)	(459.995,52)	-
Estaduais	(5.874.448,94)	(5.874.448,94)	-
ICMS	(5.874.448,94)	(5.874.448,94)	-
Encargos Setoriais	(4.443.532,50)	(4.443.532,50)	-
CDE	(3.443.431,62)	(3.443.431,62)	-
PEE	(146.157,04)	(146.157,04)	-
P&D	(147.561,06)	(147.561,06)	-
TFSEE	(83.901,90)	(83.901,90)	-
Bandeiras Tarifárias	(622.480,88)	(622.480,88)	-
Receita operacional líquida	39.557.384,16	39.557.384,16	-
Custo do serviço	(30.815.753,93)	(30.815.753,93)	-
Custo da energia elétrica	(12.463.028,61)	(12.463.028,61)	-
Energia elétrica comprada para revenda	(7.413.057,82)	(7.413.057,82)	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(5.049.970,79)	(5.049.970,79)	-
Custo de operação	(11.087.509,19)	(11.087.509,19)	-
Pessoal	(6.427.713,12)	(6.427.713,12)	-
Material	(1.088.149,71)	(1.088.149,71)	-
Serviços de terceiros	(1.124.561,68)	(1.124.561,68)	-
Depreciação e amortização	(2.033.872,67)	(2.033.872,67)	-
Outras	(413.212,01)	(413.212,01)	-
Custo de Construção	(7.265.216,13)	(7.265.216,13)	-
Resultado do serviço (bruto)	8.741.630,23	8.741.630,23	-
Despesas operacionais	(4.133.911,07)	(4.133.911,07)	-
Pessoal e Administradores	(1.843.459,79)	(1.843.459,79)	-
Materiais e Serviços	(889.527,43)	(889.527,43)	-
Depreciação e Amortização	(43.781,63)	(43.781,63)	-
Outras despesas	(1.357.142,22)	(1.357.142,22)	-
Resultado do serviço	4.607.719,16	4.607.719,16	-
Receita/Despesa Financeira	(120.861,91)	(120.861,91)	-
Receita Financeira	449.720,82	449.720,82	-
Despesa Financeira	(570.582,73)	(570.582,73)	-
Resultado operacional	4.486.857,25	4.486.857,25	-
Lucro (prejuízo) antes da CSLL e IR	4.486.857,25	4.486.857,25	-
Contribuição social	-	-	-
Imposto de renda	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) antes das particip. e rever. JSCP	4.486.857,25	4.486.857,25	-
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário	4.486.857,25	4.486.857,25	-
Item extraordinário	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	4.486.857,25	4.486.857,25	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

9. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas. A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de junho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

A receita requerida anual representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro sendo segregada em duas parcelas para fins de sua determinação.

Parcela A: Compreendem os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, custos que a distribuidora não tem gerência ou influência sobre os mesmos:

- Compra de Energia elétrica para revenda – da atual supridora;

- Encargos de Uso do Sistema de Distribuição;
- Encargos Setoriais:
 - CDE – Conta de Desenvolvimento Energético;
 - TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico;
 - PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia;
 - PEE – Programa de Eficiência de Energia Elétrica;
 - P&D – Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

Parcela B:

A Parcela B compreende os custos relativos à atividade de distribuição de energia elétrica. Tratam-se, basicamente, dos custos operacionais, remuneração e depreciação dos investimentos feitos, são calculados obedecendo a metodologia do PRORET, conforme Resolução nº 537/2013.

Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pelo conselho de administração e também pelo conselho fiscal no dia 26 de fevereiro de 2016.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, exceto quando especificado em contrário.

Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas

constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vem sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

A partir de 2013 a Cooperativa passou a registrar na contabilidade societária as receitas e custos de construção conforme está previsto no ICPC 01 – Contratos de Concessão. Em termos de contabilidade regulatória, atendeu o que está previsto na RN ANEEL nº 396/2010.

Nota 5 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009. As taxas anuais de amortização estão determinadas nas tabelas anexas a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício. Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE, para fins de elaboração do Balanço Patrimonial, os saldos das contas deste subgrupo serão apresentados em conta redutora do ativo intangível.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho

técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos

ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética

As permissionárias são obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para os programas acima que tem o objetivo de demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Para isso busca-se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito destes programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica.

Uma parte dos recursos do P&D deve ser parcialmente aplicada em projetos homologados pela Aneel e outra, recolhida ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDTC e ao Ministério de Minas e Energia – MME.

(q) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício. As referidas despesas totalizaram R\$ 608.743,60 em 2015 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e assistência médica, auxílio pecúlio e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(r) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2015	2014
Caixa	270,68	14.095,48
Depósitos Bancários	873.020,08	284.170,00
Numerário em Transito	82.916,34	29.634,22
Equivalentes de caixa	300.502,14	0,00
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.256.709,24	327.899,70

Nota 7 – Consumidores

Composição das contas a receber

Consumidores	Saldo Vencidos	Saldo Vencidos até 90 dias	Saldo Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Total a receber líquido	
					2015	2014	2015	2014
Residencial	128.559,50	37.396,98	3.893,21	169.849,69	(3.893,21)	(3.800,77)	165.956,48	134.909,53
Resid Baixa Renda	3.605,59	2.065,82	0	5.671,41	(0,00)	(0,00)	5.671,41	3.697,57
Industrial	1.411.314,53	13.929,29	11.356,82	1.436.600,64	(11.356,82)	(10.707,57)	1.425.243,82	1.239.663,17
Comercial	508.142,92	121.917,72	6.033,36	636.094,00	(4.887,12)	(4.466,49)	631.206,88	627.593,20
Rural	1.179.965,80	221.388,36	32.408,99	1.433.763,15	(29.308,48)	(28.281,72)	1.404.454,67	1.294.642,84
Poder Público	19.610,34	1.349,12	2.580,69	23.540,15	(2.483,25)	(2.483,25)	21.056,90	20.481,35
Ilum. Pública	14.411,40	0,00	0,00	14.411,40	(0,00)	(0,00)	14.411,40	1.254,26
Serviço Público	178.903,72	70,13	0,00	178.973,85	(0,00)	(0,00)	178.973,85	124.501,92
Parcelamentos	35.487,94	5.380,29	2.957,87	43.826,10	(2.852,25)	(2.874,54)	40.973,85	44.816,49
Serviços Cobráveis	601,74	506,88	2.220,78	3.329,40	(2.184,86)	(2.166,48)	1.144,54	1.084,00
Outros Créditos	33.947,51	14.811,69	2.316,46	51.075,66	(1.905,68)	(1.821,88)	49.169,98	16.884,80
Participação Financeira obras	146.792,90	2.533,85	395,42	149.722,17	(395,42)	(0,00)	149.326,75	631.999,64
Total	3.661.343,89	421.350,13	64.163,60	4.146.857,62	(59.267,09)	(56.602,70)	4.087.590,53	4.141.528,77

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 59.267,09 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 8 – Serviços em Curso

Serviço Próprio	2015	2014
Manutenção de Redes	57.959,43	174.847,95
Administração	117.281,30	33.742,66
PEE	312.350,00	23.646,77
Recuperação de Dano a Rede	0,00	997,42
Desativações em Curso	168.612,03	186.874,20
Total de Serviço Próprio em Curso	656.202,76	420.109,00

Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Ativo Circulante

ICMS a Recuperar Curto Prazo	681.801,23	494.209,78
IRRF a Recuperar	91.628,71	89.837,50
IRRF Retido Sobre Serviços	536,67	491,65
CSL Retido Sobre Serviços	571,18	520,29
Total de Tributos Compensáveis	774.537,79	585.059,22

Ativo Não Circulante

Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	2015	2014
ICMS a Recuperar Longo Prazo	812.335,25	1.039.857,55
Total de Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	812.335,25	1.039.857,55

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 10 – Estoque

Estoque	2015	2014
Almoxarifado de Manutenção de Redes	215.831,92	195.322,32
Almoxarifado da Oficina de Transformadores	74.950,90	40.487,10
Resíduos e Sucatas	3.427,73	1.350,88
Total de Estoque	294.210,55	237.160,30

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 11 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

Títulos e Valores Mobiliários	2015	2014
Banrisul Capitalização	37.386,66	29.468,88
BB Capitalização	6.000,00	6.000,00
Total	43.386,66	35.468,88

Nota 12 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2015	2014
Prêmio de Seguro de Veículos	7.461,86	5.244,97
Publicidade	3.265,00	13.295,00
Total	10.726,86	18.539,97

Nota 13 - Outros Recebíveis

Ativo Circulante	2015	2014
CDE Aneel	552.672,49	1.117.803,84
Empréstimo Cooperativa de Geração	0,00	1.500.000,00
Empregados	126.016,27	491.264,65
Adiantamento a Fornecedores	88.618,52	76.910,57
Outros Devedores	73.413,00	123,33
Alienação de bens e direitos	7.700,00	0,00
Dispêndios a Reembolsar	18.497,12	10.854,51
Encargo de Uso da Rede Elétrica	12.910,65	0,00
Total	879.828,05	3.196.956,90

Nota 14 – Ativo Não Circulante

	2015	2014
I.C.M.S. a Recuperar	812.335,25	1.039.857,55
Depósitos vinculados a litígios trabalhistas	6.500,00	0,00
Ativo financeiro indenizável	924.923,44	672.782,81
Outros	181.084,85	6.957.366,89
Total do Ativo Realizável a Longo Prazo	1.924.843,54	8.670.007,25

a) ICMS a Recuperar do ativo fixo

O registro da conta ICMS a recuperar se referem a créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizado e ou intangíveis instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL	2015	2014
Em serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	684.772,31	432.634,95
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	240.147,86	240.147,86
Total	924.923,44	672.782,81

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

OUTROS	2015	2014
Pagamentos Judiciais a Receber	181.084,85	181.084,85
Empréstimo Geração	0,00	6.776.282,04
Total	181.084,85	6.957.366,89

Nota 15 – Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2015	2014
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	549,87	549,87
Participação SICREDI Augusto Pestana	45.850,84	29.946,60
Participação SICREDI Santo Augusto	0,00	4.813,29
Participação SICREDI Ajuricaba	0,00	8.091,36
Participação SICREDI Catuípe	4.072,32	3.385,28
Participação CRESOL Santo Augusto	2.340,00	1.499,00
Participação CRESOL Augusto Pestana	100,00	
Participação CREHNOR Nordeste Ijuí	310,00	310,00
Total 1	53.223,03	48.595,40
Composição em Incentivos Fiscais		
Ações FINOR	2.554,24	2.554,24
Ações EMBRAER	68,74	68,74
Ações FINAM	2.749,39	2.749,39
Total 2	5.372,37	5.372,37
TOTAL (1+2)	58.595,40	53.967,77

Nota 16 – Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado em Serviço e em Curso

IMOBILIZADO	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	
			2015	2014
Em Serviço:				
Edificações	64.538,70	42.104,17	22.434,53	24.583,67
Máquinas e Equipamentos	78.599,72	5.768,00	72.831,72	0,00
Veículos	1.475.747,12	863.232,97	612.514,15	583.467,37
Terrenos	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00
Total	1.658.885,54	911.105,14	747.780,40	648.051,04
Em Curso:				
Adiantamento a Fornecedores	179.345,77	0,00	179.345,77	91.517,78
Veículo	78.133,46	0,00	78.133,46	0,00
A Ratear	32.438,65	0,00	32.438,65	0,00
Total	289.917,88	0,00	289.917,88	91.517,78
Total do Imobilizado	1.948.803,42	911.105,14	1.037.698,28	739.568,82

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

b) Intangível em Serviço e em Curso

INTANGÍVEL	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	
			2015	2014
Em Serviço:				
Software	323.459,49	(197.174,61)	126.284,88	185.789,02
Máquinas e Equipamentos	54.860.672,36	(17.992.205,20)	36.868.467,16	36.552.403,73
Terrenos	0,01	-	0,01	0,01
Edificação	0,01	(0,01)	0,00	0,00
Obrigações Especiais	(3.286.787,38)	283.156,86	(3.003.630,52)	(2.686.273,94)
Total	51.897.344,49	(17.906.222,96)	33.991.121,53	34.051.918,82
Em Curso:				
Software	201.295,00	-	201.295,00	76.855,00
Máquinas e Equipamentos	7.891.190,84	-	7.891.190,84	3.769.696,10
Terrenos	18.000,00	-	18.000,00	18.000,00
Obrigações Especiais	(991.658,72)	-	(991.658,72)	(763.598,75)
Edificação	573.408,86	-	573.408,86	370.459,64
Materiais em Depósito	2.991.129,37	-	2.991.129,37	2.741.812,42
Adiantamento a Fornecedores	81.600,00	-	81.600,00	753.470,00
Total	10.764.965,35	-	10.764.965,35	6.966.694,41
Total do Intangível	62.662.309,84	(17.906.222,96)	44.756.086,88	41.018.613,23

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução nº 691/2015 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

c) ICPC 01 Contratos de Concessão:

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 27 e 28) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

d) Obrigações Especiais

As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão/permissão. As obrigações especiais não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados.

Os saldos das Obrigações Especiais são amortizados mensalmente, conforme Despacho ANEEL nº 3.073/2006 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada à mesma taxa média de amortização dos ativos correspondentes. Ao final do período de permissão, o saldo das citadas obrigações será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

e) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Em 07 de fevereiro de 2012 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 474, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais.

Os valores contabilizados como despesas de depreciação e amortização nos exercícios de 2015 e 2014 foram de R\$ 2.077.654,30 e R\$ 2.033.579,67 respectivamente.

Taxas de Depreciação (%)

Distribuição:

Distribuição:	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração:	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

f) Redução ao valor Recuperável – Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permisões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valorização do ativo residual ao final das concessões/permisões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 17 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos

Fornecedores	2015	2014
Encargos de Uso da Rede Elétrica	23.158,46	28.862,23
Suprimento de Energia	661.612,34	0,00
Materiais e Serviços	340.026,20	257.110,72
Total	1.024.797,00	285.972,95

Nota 18 – Folha de Pagamento

Folha de Pagamento	2015	2014
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	221.842,20	201.747,61

Consignação em Favor da Concessionária	314,29	4.068,12
Provisão de Férias	630.915,41	567.707,94
Provisão de INSS sobre Férias	180.400,83	163.322,72
Provisão de FGTS sobre Férias	49.285,30	45.380,43
Total	1.082.758,03	982.226,82

Nota 19 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

Tributos	2015	2014
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	57.178,53	128.036,41
PIS s/ Faturamento	12.470,21	11.281,05
COFINS s/ Faturamento	57.554,72	52.066,64
I.S.S.Q.N. a Recolher	1.048,75	16.141,80
I.N.S.S. a Recolher	2.793,52	42.086,14
PIS/COFINS a Recolher	6.072,09	26.992,62
Imposto de Renda a Recolher	2.469,58	12.007,44
Contribuição Social a Recolher	1.663,79	7.395,25
Taxas	170,26	0,00
Total	141.421,45	296.007,35

Nota 20 – Empréstimos e Financiamentos

Em 2015 não foram obtidos novos empréstimos, somente houve a contemplação de um consórcio junto ao Banrisul conforme contrato nº 75.313, com prazo de 60 meses, com carta de crédito total no valor de R\$ 42.554,52, sendo que, já haviam sido pagas 34 parcelas totalizando R\$ 25.199,98, dessa forma ainda restam a ser pagas 26 parcelas num total de R\$ 17.354,54 sendo contabilizados R\$ 8.009,79 no curto prazo e R\$ 9.334,75 no longo prazo, das quais já foram pagas em 2015, sete parcelas. O financiamento realizado no Banrisul em 2014 – BNDES AUTOMÁTICO – no valor de R\$ 3.107.920,00 realizou em 2015 a liberação do restante do valor, totalizando R\$ 2.337.597,20 no longo prazo e R\$ 780.228,70 no curto prazo, totalizando R\$ 3.117.825,90. Vale lembrar que, houve capitalização de TJLP acima de 6% conforme contrato no valor de R\$ 9.905,90. O prazo do financiamento é de 60 meses, sendo 12 meses de carência e 48 meses para amortização com encargos de TJLP + 4,9% a.a., durante a carência os encargos serão pagos trimestralmente. Os recursos desta operação estão sendo empregados na implantação da Subestação de Santo Augusto, com capacidade de 10MVA.

	Saldo Devedor	Encargos Financeiros em %		Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
		Em R\$	Em %	Total 2015	Total 2014	Total 2015	Total 2014
Moeda Nacional – Real:							

Centrais Elétricas Brasileiras S.A- Eletrobrás	6.151,78	0,00	5% a.a	6.151,78	8.202,48	0,00	6.151,71
Banco Banrisul Finame	387.281,25	865,91	5,5% a.a	273.375,00	273.375,00	113.906,25	387.281,25
BB Giro Empresa Flex	700.000,04	3.545,20	17,64% a.a	700.000,04	700.000,00	0,00	700.000,00
Banrisul BNDS Automático	3.117.825,90	0,00	TJLP + 4,9% a.a	780.228,70	0,00	2.337.597,20	966.805,00
Consórcio a pagar – Banrisul	12.682,18	0,00	-	8.009,79	0,00	4.672,39	0,00
Total	4.223.941,15	4.411,11	33,04% a.a	1.767.765,31	981.577,48	2.456.175,84	2.060.237,96

a) Vencimento das Parcelas de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e consórcio têm vencimento nos anos seguintes:

FINAME	Em R\$	Em %
2017	113.906,25	100%
TOTAL	113.906,25	100%

BANRISUL BNDES AUTOMÁTICO	Em R\$	Em %
2017	780.228,72	33,33%
2018	780.228,72	33,33%
2019	777.139,76	33,34%
TOTAL	2.337.597,20	100%

CONSÓRCIO BANRISUL	Em R\$	Em %
2017	4.672,39	100%
TOTAL	4.672,39	100%

Nota 21 – Outras Contas a Pagar

	2015	2014
Consumidor	6.783,66	16.559,04
Outros Credores	543.178,08	138.816,55
Total de Outras Contas a Pagar	549.961,74	155.375,59

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, cheques não descontados no ano findo de 2015 e credores diversos e Refis.

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagará o referido débito em 180 vezes. O saldo a pagar referente ao Refis no curto prazo é de R\$ 86.531,61.

Nota 22 – Litigio Trabalhistas:

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da diretoria jurídica da Cooperativa e de seus consultores legais externos.

Contingências	Valor	Depósitos Judiciais 2014	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014
Trabalhistas	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Regulatórias	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis	12.400,00	6.500,00	18.900,00	0,00
Total de Contingências	512.400,00	6.500,00	518.900,00	0,00

Os saldos das provisões decorrem de análise do andamento de cada processo, realizado pelas assessorias jurídicas que representam a Ceriluz Distribuição nos mesmos.

Foram constituídas provisões contábeis no montante de R\$ 512.400,00 para suportar eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas de caráter indenizatório, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

Nota 23 - Outras Obrigações Regulatórias:

Pesquisa e Desenvolvimento	2015	2014
P&D - F.N.D.C.T.	10.885,12	11.627,04
P&D - M.M.E.	5.442,56	5.813,51
P&D - Empresa	154.687,52	88.626,73
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	566.402,66	372.866,05
Encargos CDE	528.469,64	45.435,63
Bandeiras Tarifárias	10.259,11	0,00
Total	1.276.146,61	524.368,96

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus

recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

PEE – P&D – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento: O PEE e o P&D são programas de investimentos estabelecidos pela ANEEL, para as concessionárias e permissionárias de energia elétrica, calculados em 1% da receita operacional líquida das empresas, sendo 0,50% destinados ao PEE e 0,50% ao P&D. Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDTC e 20% ao MME – Ministério de Minas e Energia, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações das unidades consumidoras.

Nota 24 – Outros Credores Longo Prazo

	2015	2014
Retenção Causas Trabalhistas	21.585,50	21.585,50
Refis	1.112.264,61	1.200.555,28
Total de Outras Contas a Pagar	1.133.850,11	1.222.140,78

b) Refis:

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagará o referido débito em 180 vezes. O saldo a pagar referente ao Refis no longo prazo é de R\$ 1.112.264,61.

Nota 25 – Patrimônio Líquido

25.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6.648.536,35 é formado por cotas partes referente a 14.685 associados em 31 de dezembro de 2015.

25.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído a partir de 2014 por 5% (antes de 2014 20%) das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

Conforme ata de reunião de diretoria número 278 do dia 30/04/2015, foi aprovada a transferência de R\$ 11.000.000,00 do Fundo de Manutenção e Expansão da Ceriluz Distribuição, para o Fundo de Geração e Expansão da Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda.

25.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2015	2014
Resultado do Exercício	5.718.591,09	7.615.307,57
Destinações:	4.574.872,87	6.092.246,06
Fundo de Reserva Legal	2.573.365,99	3.426.888,41
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	285.929,55	380.765,38
Fundo de Manutenção e Expansão	1.715.577,33	2.284.592,27
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.143.718,22	1.523.061,51

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

Nota 26 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Contas a Receber: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20.

b) Valor Justo

Instrumentos Financeiros	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.256.709,24	1.256.709,24	327.899,70	327.899,70
Contas a Receber	4.146.857,62	4.146.857,62	4.204.994,37	4.204.994,37
Empréstimos e Financiamentos	4.228.352,26	4.228.352,26	3.050.432,24	3.050.432,24
Total	9.631.919,12	9.631.919,12	7.583.326,31	7.583.326,31

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	1.256.709,24	0,00	1.256.709,24
Contas a Receber	0,00	4.146.857,62	0,00	4.146.857,62
Total	0,00	5.403.566,86	0,00	5.403.566,86
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	0,00	4.228.352,26	0,00	4.228.352,26
Total	0,00	4.228.352,26	0,00	4.228.352,26

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 27 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2015	2014
Ingressos/ Receita Operacional Bruta:	50.435.026,71	45.582.759,15
Fornecimento de Energia Elétrica - TE	13.550.814,10	13.911.168,96
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD	24.007.953,96	17.994.988,20
Outras Receitas	5.611.042,52	5.637.440,51
Receita de Construção	7.265.216,13	8.039.161,48
Tributos sobre Ingressos/ Receita:	(6.434.110,05)	(5.285.575,10)
ICMS	(5.874.448,94)	(4.836.755,30)
COFINS	(459.995,52)	(368.892,97)
PIS	(99.665,59)	(79.926,83)
Encargos do Consumidor:	(4.443.532,50)	(746.370,91)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	(3.443.431,62)	(424.014,06)
Programa Eficiência Energética - PEE	(146.157,04)	(161.178,42)
P&D Parcela FNDCT	(58.439,90)	(64.471,38)
P&D-Parcela MME	(30.042,79)	(32.235,67)
P&D Empresa	(59.078,37)	(64.471,38)
Bandeiras Tarifárias	(622.480,88)	0,00
TFSEE	(83.901,90)	0,00
Total dos Tributos sobre Ingressos/ Receita e Encargos do Consumidor	(10.877.642,55)	(6.031.946,01)
Ingressos/Receita Operacional Líquida	39.557.384,16	39.550.813,14

a) Receita de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Nota 28 – Custo do Serviço

Custos de Energia	2015	2014
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.413.057,82	5.736.371,88
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	5.049.970,79	4.009.876,21
TOTAL	12.463.028,61	9.746.248,09

Custos de Operação	2015	2014
Pessoal	6.427.713,12	5.235.261,91
Materiais	1.088.149,71	998.747,07
Serviços de Terceiros	1.124.561,68	1.088.492,76
Depreciações/Amortização	2.033.872,67	1.995.998,12
Outros Custos	413.212,01	382.188,25
TOTAL	11.087.509,19	9.700.688,11

Custos de Construção	2015	2014
Custo de construção	7.265.216,13	8.039.161,48
TOTAL	7.265.216,13	8.039.161,48

a) Custo de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Nota 29 – Dispêndios/Despesas

Dispêndios/Despesas	2015	2014
Pessoal e Administradores	1.843.459,79	2.139.017,03
Materiais	178.493,12	183.420,08
Serviços de Terceiros	711.034,31	706.218,09
Depreciações/Amortização	43.781,63	37.581,55
Outras despesas	1.357.142,22	3.158.646,62
TOTAL	4.133.911,07	6.224.883,37

Nota 30 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 31 – Nota Explicativa DVA:

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 32 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

10. BALANÇO SOCIAL

1. BASE DE CÁLCULO	2015			2014		
Ingressos/Receita Líquida (RL)	37.587.141,06			39.550.813,14		
Resultado Operacional (RO)	4.486.857,25			6.030.603,17		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	8.271.172,91			6.796.845,96		
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$	% S/ FPB	% S/RL	R\$	% S/ FPB	% S/RL
Alimentação	148.468,34	1,80%	0,39%	103.350,25	0,00%	0,00%
Plano de Saúde Funcionários	292.293,14	3,53%	0,78%	272.397,01	4,47%	0,76%
Encargos Sociais (INSS)	1.217.987,01	14,73%	3,24%	1.242.568,32	17,24%	2,92%
Seguro Vida em Grupo	63.375,14	0,77%	0,17%	57.480,44	1,11%	0,19%
Educação e Treinamento	67.472,47	0,82%	0,18%	58.139,38	0,63%	0,11%
Segurança e Medicina Trabalho	119.702,98	1,45%	0,32%	106.915,04	1,02%	0,63%
Participação Resultados	409.929,00	4,96%	1,09%	385.786,32	5,55%	1,02%
TOTAL	2.226.636,76	28,04%	6,17%	2.226.636,76	31,59%	5,35%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		%S/RO	%/RL		%S/RO	%/RL
Investimento em Veículos	202.618,21	4,51%	0,54%	255.793,93	0,00%	0,00%
Qualidade vida associados	115.562,15	2,60%	0,31%	462.116,64	10,69%	1,62%
Total Cooperantes	318.180,36	7,09%	0,85%	717.910,57	10,69%	1,62%
Tributos (excluído os encargos sociais)	6.434.110,05	-143,40%	17,12%	5.222.209,17	103,54%	15,72%
TOTAL	6.752.290,41	-150,49%	17,96%	5.940.119,74	114,42%	17,34%
4. INDICADORES AMBIENTAIS		%S/RO	%S/RL		%S/RO	%S/RL
Investimentos em programas ou projetos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
5. INDICADORES CORPO FUNCIONAL						
Número de Funcionários final do período			107			114
Número de Admissões no Período			7			12
Número de Demissões			14			11
Número de Mulheres			10			13
Funcionários Deficientes			0			0
Outros			0			0
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES-CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e menor Remuneração na empresa			8,38			9,78
Número Total de acidentes trabalho			02			01

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

AOS
ADMINISTRADORES DA
COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA.
IJUÍ - RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, letra "j", consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela Resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda. E ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Companhia é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

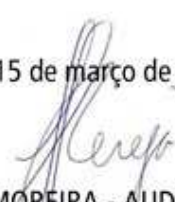
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador da Companhia, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de janeiro de 2015, que não conteve qualquer modificação.

Ijuí, 15 de março de 2016.


UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717
JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679
CNAI Nº 539
Sócio - Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Limitada – Ceriluz Distribuição -, CNPJ nº 87.656.989/0001-74, no uso das atribuições que nos confere o Art. 43 do Estatuto Social, nós abaixo assinados, tendo em vista observações em reuniões do órgão durante o corrente exercício, constatamos que o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras ou Perdas, do exercício encerrado em 31.12.2015, em conjunto com as demonstrações e notas explicativas que o acompanham, expressam adequadamente a situação patrimonial, econômica e financeira da Cooperativa, naquela data. Em razão disto, e de acordo com o Relatório de Opinião da Auditoria Externa UHY Moreira Auditores, recomendamos a sua aprovação pela assembleia de associados.

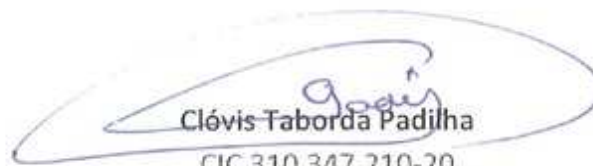
Ijuí (RS), 16 de março de 2016.



Olacir Amaral
CIC 126.326.000-49



Romeu Angelo de Jesus
CIC 308.124.450-15



Clóvis Taborda Padilha
CIC 310.347.210-20

2. Demonstrações Contábeis

REGULATÓRIAS

1. BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em R\$ Mil.

ATIVO	Notas	2015	2014
CIRCULANTE		10.200	9.873
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.257	328
Consumidores	6	5.396	4.148
Serviços em curso	7	656	420
Tributos compensáveis	8	775	585
Almoxarifado operacional	9	294	237
Despesas pagas antecipadamente	11	11	19
Ativos regulatórios	13	889	904
Títulos e Valores Mobiliários	10	43	35
Outros ativos circulantes	12	879	3.197
NÃO CIRCULANTE		112.049	114.071
Tributos compensáveis	8	812	1.040
Depósitos judiciais e cauções		7	-
Investimentos	14	59	54
Ativos financeiros da concessão		-	-
Outros ativos não circulantes		181	6.957
Imobilizado	15	110.633	106.020
Intangível	15	357	-
TOTAL DO ATIVO		122.249	123.944

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

2. BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em R\$ Mil.

PASSIVO	Nota	2015	2014
CIRCULANTE		8.610	3.360
Fornecedores	16	1.025	286
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	1.772	990
Obrigações sociais e trabalhistas	17	1.083	982
Tributos	18	141	296
Encargos setoriais	22	1.276	525
Provisão para Litígios	21	12	
Passivos regulatórios	23	2.751	126
Outros passivos circulantes	20	550	155
NÃO CIRCULANTE		8.516	3.282
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	2.456	2.060
Provisão para litígios	21	500	
Outros passivos não circulantes	24	1.134	1.222
Obrigações Vinculadas à Permissão	33	4.426	-
TOTAL DO PASSIVO		17.126	6.642
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25		
Capital social		6.648	6.648
Reservas de capital		568	568
Reserva de sobras		27.389	34.859
Reservas de Reavaliação		69.374	73.704
Sobras à disposição da Assembleia		1.144	1.523
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		105.123	117.302
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.249	123.944

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em R\$ Mil.

	Notas	2015	*Reapresentado 2014
Receita / Ingresso	27	41.523	37.604
Fornecimento de energia elétrica		14.608	13.731
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		24.008	17.995
Ativos e Passivos Regulatórios		(2.659)	775
Serviços cobráveis		7	7
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		5.556	5.096
Outras receitas vinculadas		3	-
Tributos		(6.434)	(5.286)
ICMS		(5.874)	(4.837)
PIS-PASEP		(100)	(80)
Cofins		(460)	(369)
Encargos - Parcela "A"		(4.443)	(826)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(148)	(161)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(3.443)	(424)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(146)	(161)
Taxa de fiscalização		(84)	(80)
Outros encargos		(622)	-
Receita líquida / Ingresso líquido		30.646	31.492
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	28	(12.463)	(9.747)
Energia elétrica comprada para revenda		(6.655)	(5.075)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra		(758)	(662)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(5.050)	(4.010)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		18.183	21.745
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	28	(18.284)	(18.442)
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)		(8.271)	(7.374)
Material		(1.267)	(1.182)
Serviços de terceiros		(1.836)	(1.795)
Arrendamento e aluguéis		(44)	(37)
Seguros		(44)	(42)
Provisões		(3)	(2)
Recuperação de despesas		197	160
Tributos		(54)	(312)
Depreciação e amortização		(5.186)	(5.165)
Outras Receitas Operacionais		45	535
Outras Gastos Operacionais		(1.821)	(3.228)
Lucros antes das receitas e despesas financeiras		(101)	3.303
Despesas financeiras		(580)	(140)
Receitas financeiras		478	334
Lucro antes dos impostos sobre os lucros		(203)	3.497
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-
Resultado Líquido do Exercício		(203)	3.497

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em R\$ Mil.

DEMONST. DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.636	568	10.899	27.689	1.409	47.201
Realização do Capital	12	-	-	-	-	12
Destinação conforme à A.G.O.:	-	-	-	1.409	(1.409)	-
Realização de reservas	-	-	62.806	-	-	62.806
Equalização Resultado Societário/Regulatório	-	-	-	598	-	598
Capitalização de Sobras Sicredi	-	-	-	9	-	9
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.523	1.523
Aplicação FATES	-	-	-	(939)	-	(939)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	6.092	-	6.092
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.648	568	73.705	34.858	1.523	117.302
Realização do Capital	1	-	-	-	-	1
Destinação conforme à A.G.O.:	-	-	-	1.144	(1.523)	(379)
Realização de reservas	-	-	(4.331)	-	-	(4.331)
Equalização Resultado Societário/Regulatório	-	-	-	(1.480)	-	(1.480)
Capitalização de Sobras Sicredi	-	-	-	-	-	-
Sobras Líquidas do Exercício	-	-	-	-	1.144	1.144
Aplicação FATES	-	-	-	(609)	-	(609)
Realização Reserva Estatutária	-	-	-	(11.000)	-	(11.000)
Destinação Estatutária das Sobras	-	-	-	4.475	-	4.475
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.649	568	69.374	27.388	1.144	105.123

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

5. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC MÉTODO DIRETO

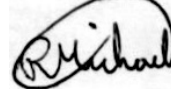
Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em R\$ Mil.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	2.015	2.014
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Arrecadação Venda de Energia	42.806	31.363
Arrecadação TUSD Consumidores Livres	185	463
Serviço Taxado	7	7
Recebimento de Subvenção Baixa Renda	6.120	5.465
Outros Recebimentos Operacionais	590	988
Fornecedores - Materiais e Serviços	(6.710)	(10.801)
Fornecedores - Energia Elétrica	(9.762)	(7.479)
Salários e Encargos Sociais	(7.966)	(7.551)
Tributos sobre a Receita - Federais	(553)	(608)
Tributos sobre a Receita - Estaduais	(5.382)	(3.312)
Encargos de Transmissão	(1.366)	(1.515)
Demais Encargos Regulatórios	(3.746)	(598)
Outras Despesas Operacionais	(1.961)	(1.577)
Impostos, taxas e contribuições	(863)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	11.399	4.845
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Participações Societárias	-	6
Alienação de Imobilizado	10	4
Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	277	193
Resgates/ Recebimentos de Ativos Financeiros - Amortização e Juros	505	7.163
Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(508)	(2.007)
Aquisição Bruta de Imobilizado	(5.466)	(6.814)
Participação Financeira do Consumidor em Obras	1.175	1.232
Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's em Empresas Ligadas	(0)	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(4.007)	(223)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Curto Prazo	-	700
Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Longo Prazo	2.141	1.667
Empréstimo Concedido	(17.588)	(11.910)
Recebimento de Empréstimo Concedido	10.469	5.326
Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - Curto Prazo		-
Principal	(982)	(282)
Encargos	(503)	(60)
Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - Longo Prazo		-
Principal	-	-
Encargos	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(6.463)	(4.559)
Caixa Líquido Gerado no Período	929	63
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	328	265
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.257	328
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	929	63

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
DIRETOR, PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas. A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

Nota 2 – Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

Nota 3 – Apresentação das demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$).

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas. Os valores de 2014 foram reapresentados para fins de comparação com os valores de 2015 que estão na nova metodologia.

Nota 4 – Sumário das Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias, exceto as letras (g), (h), (i), (s), (t), (u), (v):

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado Em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de novembro de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por

base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

(i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE, para fins de elaboração do Balanço Patrimonial, os saldos das contas deste subgrupo serão apresentados em conta redutora do ativo intangível.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética

As permissionárias são obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para os programas acima que tem o objetivo de demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Para isso busca-se maximizar

os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito destes programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica.

Uma parte dos recursos do P&D deve ser parcialmente aplicada em projetos homologados pela Aneel e outra, recolhida ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDTC e ao Ministério de Minas e Energia – MME.

(q) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

As despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício. As referidas despesas totalizaram R\$ 608.743,60 em 2015 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos, treinamento e auxílio educacional aos colaboradores, e assistência médica, auxílio pecúlio e palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(r) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

(s) Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

(t) Imobilizado em Curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

(u) Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquidos dos

efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 25.3. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

(v) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 25% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	2015	2014
Caixa	-	14
Depósitos Bancários	873	284
Numerário em Transito	83	30
Equivalentes de caixa	301	-
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.257	328

Nota 6 – Consumidores

Consumidores	Saldos Vincendos	Saldos Vencidos até 90 dias	Saldos Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores Duvidosos		Total a receber líquido	
					2015	2014	2015	2014
Residencial	129	37	4	170	-4	-4	166	135
Resid Baixa Renda	4	2	0	6	0	0	6	4
Industrial	1.411	14	11	1.437	-11	-11	1.425	1.240
Comercial	508	122	6	636	-5	-4	631	628
Rural	1.180	221	32	1.434	-29	-28	1.404	1.295
Poder Público	20	1	3	24	-2	-2	21	20
Ilum. Pública	14	0	0	14	0	0	14	1
Serviço Público	179	0	0	179	0	0	179	125
Não Faturado	1.308	0	0	1.308	0	0	1.308	0
Parcelamentos	35	5	3	44	-3	-3	41	45
Serviços Cobráveis	1	1	2	3	-2	-2	1	1
Outros Créditos	34	15	2	51	-2	-2	49	17
Participação Financeira Obras	147	3	0	150	0	-	149	632
Total	4.969	421	64	5.455	-59	-57	5.395	4.142

Nota 7 – Serviços em Curso

Serviço Próprio	2015	2014
Manutenção de Redes	58	175
Administração	117	34
PEE	312	24
Recuperação de Dano a Rede	-	-
Desativações em Curso	169	187
Total de Serviço Próprio em Curso	656	420

Nota 8 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis**Ativo Circulante**

ICMS a Recuperar Curto Prazo	682	495
IRRF a Recuperar	92	90
IRRF Retido Sobre Serviços	-	-
CSL Retido Sobre Serviços	-	-
Total de Tributos Compensáveis	774	585

Ativo Não Circulante

Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	2015	2014
ICMS a Recuperar Longo Prazo	812	1.040
Total de Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	812	1.040

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 9 – Estoque

Estoque	2015	2014
Almoxarifado de Manutenção de Redes	216	195
Almoxarifado da Oficina de Transformadores	75	41
Resíduos e Sucatas	3	1
Total de Estoque	294	237

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 10 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

Títulos e Valores Mobiliários	2015	2014
Banrisul Capitalização	37	29
BB Capitalização	6	6
Total	43	35

Nota 11 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2015	2014
Prêmio de Seguro de Veículos	8	5
Publicidade	3	13
Total	11	18

Nota 12 – Outros Recebíveis

Ativo Circulante	2015	2014
CDE Aneel	553	1.118
Empréstimo Cooperativa de Geração	-	1.500
Empregados	126	491
Adiantamento a Fornecedores	89	77
Outros Devedores	73	-
Alienação de bens e direitos	8	-
Dispêndios a Reembolsar	18	11
Encargo de Uso da Rede Elétrica	13	-
Total	880	3.197

Nota 13 – Ativos Regulatórios

Os valores se referem à constituição e registro da Neutralidade da Parcela “A” (Encargos Setoriais) – denominados custos não gerenciáveis e correspondem à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado realizado, e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário, além dos componentes financeiros reconhecidos no Reajuste Tarifário 2015.

	2015	2014
Neutralidade da Parcela A em Constituição	35	18
Componentes Financeiros em Constituição	696	192
Componentes Financeiros Reconhecidos	318	1.388
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(160)	(694)
Total	889	904

Nota 14 – Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2015	2014
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	46	30
Participação SICREDI Santo Augusto	-	5
Participação SICREDI Ajuricaba	-	8
Participação SICREDI Catuípe	4	3
Participação CRESOL Santo Augusto	2	1
Participação CRESOL Augusto Pestana	-	-
Participação CREHNOR Nordeste Ijuí	-	-
Total 1	53	48
Composição em Incentivos Fiscais		
Ações FINOR	3	3
Ações EMBRAER	-	-
Ações FINAM	3	3
Total 2	6	6
TOTAL (1+2)	59	54

Nota 15 – Imobilizado e Intangível

15. 1 Ativo Imobilizado em Serviço

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obrigações Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	132.655	3.210	(1.437)	-	-	134.428	1.773	(35.914)	98.514	101.455	(3.137)	231	(2.906)
Terrenos	279	-	-	-	-	279	-	-	279	279	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benf.	283	-	-	-	-	283	-	(114)	169	175	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	129.187	3.128	(1.193)	-	-	131.122	1.935	(33.904)	97.218	99.781	(3.137)	231	(2.906)
Veículos	2.906	82	(244)	-	-	2.744	(162)	(1.896)	848	1.220	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	185	200	-	-	-	385	200	(112)	273	62	(150)	52	(98)
Terrenos	40	-	-	-	-	40	-	-	40	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10	79	-	-	-	89	79	(9)	80	9	(150)	52	(98)
Veículos	135	121	-	-	-	256	121	(103)	153	53	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	132.840	3.410	(1.437)	-	-	134.813	1.973	(36.026)	98.787	101.517	(3.287)	283	(3.004)
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obriga-ções Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais Líquidas
Distribuição	7.745	15.887	-	(11.787)	-	11.845	4.100	-	11.845	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	3.770	7.806	-	(3.685)	-	7.891	4.121	-	7.891	-	-	-	-
Outros	3.975	8.081	-	(8.102)	-	3.954	(21)	-	3.954	-	-	-	-
Administração	-	201	-	(201)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	80	-	(80)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	121	-	(121)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.745	16.088	-	(11.988)	-	11.845	4.100	-	11.845	-	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	140.585	19.498	(1.437)	(11.988)	-	146.658	6.073	(36.026)	110.632	101.517	(3.287)	283	(3.004)

15.2 Ativo Intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	93	22	(18)	-	-	97	4	(80)	17	-
Servidões						-	-		-	
Softwares	93	22	(18)			97	4	(80)	17	
Outros						-	-		-	
Administração	491	-	-	-	-	491	-	(352)	139	-
Softwares	491	-	-	-	-	491	-	(352)	139	
Outros						-	-		-	
Subtotal	584	22	(18)	-	-	588	4	(432)	156	-
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	36	147	-	(22)	-	161	125	-	161	-
Servidões						-	-		-	
Softwares	36	147		(22)	-	161	125		161	
Outros						-	-		-	
Administração	40	-	-	-	-	40	-	-	40	-
Softwares	40	-	-	-	-	40	-		40	
Outros						-	-		-	
Subtotal	76	147	-	(22)	-	201	125	-	201	-
Total do Ativo Intangível	660	169	(18)	(22)	-	789	129	(432)	357	-

15.3 Depreciação e Amortização

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		134.428	(35.914)	98.514	101.456
Custo Histórico	4,00%	57.140	(18.860)	38.280	37.795
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação	4,00%	77.288	(17.054)	60.234	63.661
Administração		385	(111)	274	102
Custo Histórico	4,00%	304	(43)	261	78
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação	4,00%	81	(68)	13	24
Comercialização		-	-	-	-
Custo Histórico					
Correção Monetária Especial					
Reavaliação					
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo Histórico				-	
Correção Monetária Especial				-	
Reavaliação				-	
		134.813	(36.025)	98.788	101.558
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição		11.845		11.845	7.745
Administração				-	
Comercialização				-	
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica				-	
		11.845	-	11.845	7.745
		146.658	(36.025)	110.633	109.303

Nota 16 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos

Fornecedores	2015	2014
Encargos de Uso da Rede Elétrica	23	29
Suprimento de Energia	662	-
Materiais e Serviços	340	257
Total	1.025	286

Nota 17 – Folha de pagamento

Folha de Pagamento	2015	2014
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	222	202
Consignação em Favor da Concessionária	-	4
Provisão de Férias	631	568
Provisão de INSS sobre Férias	180	163
Provisão de FGTS sobre Férias	49	45
Total	1.082	982

Nota 18 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

Tributos	2015	2014
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	57	128
PIS s/ Faturamento	12	11
COFINS s/ Faturamento	58	52
I.S.S.Q.N. a Recolher	1	16
I.N.S.S. a Recolher	3	42
PIS/COFINS a Recolher	6	27
Imposto de Renda a Recolher	2	12
Contribuição Social a Recolher	2	8
Taxas	-	-
Total	141	296

Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos

Em 2015 não foram obtidos novos empréstimos, somente houve a contemplação de um consórcio junto ao Banrisul conforme contrato nº 75.313, com prazo de 60 meses, com carta de crédito total no valor de R\$ 42.554,52, sendo que, já haviam sido pagas 34 parcelas totalizando R\$ 25.199,98, dessa forma ainda restam a ser pagas 26 parcelas num total de R\$ 17.354,54 sendo contabilizados R\$ 8.009,79 no curto prazo e R\$ 9.334,75 no longo prazo, das quais já foram pagas em 2015, sete parcelas. O financiamento realizado no Banrisul em 2014 – BNDES AUTOMÁTICO – no valor de R\$ 3.107.920,00 realizou em 2015 a liberação do restante do valor, totalizando R\$ 2.337.597,20 no longo prazo e R\$ 780.228,70 no curto prazo, totalizando R\$ 3.117.825,90. Vale lembrar que, houve capitalização de TJLP acima de 6% conforme contrato no valor de R\$ 9.905,90. O prazo do financiamento é de 60 meses, sendo 12 meses de carência e 48 meses para amortização com encargos de TJLP + 4,9% a.a., durante a carência os encargos serão pagos trimestralmente. Os recursos desta operação estão sendo empregados na implantação da Subestação de Santo Augusto, com capacidade de 10MVA.

	Saldo	Encargos Financeiros em %					
	Devedor			Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
		Em R\$	Em %	Total 2015	Total 2014	Total 2015	Total 2014
Moeda Nacional – Real:							
Centrais Elétricas Brasileiras S.A-Eletróbrás	6	-	5% a.a	6	8	-	6
Banco Banrisul Finame	387	-	5,5% a.a	273	273	114	387
BB Giro Empresa Flex	700	4	17,64% a.a	700	700	0,00	700
Banrisul BNDS Automático	3.118	-	TJLP + 4,9% a.a	780	0,00	2.337	967
Consórcio a pagar – Banrisul	13	-	-	8	0,00	5	-
Total	4.224	4	33,04% a.a	1.767	981	2.456	2.060

a) Vencimento das Parcelas de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e consórcio têm vencimento nos anos seguintes:

FINAME	Em R\$	Em %
2017	114	100%
TOTAL	114	100%

BANRISUL BNDES AUTOMÁTICO	Em R\$	Em %
2017	780	33,33%
2018	780	33,33%
2019	777	33,25%
TOTAL	2.337	100%

CONSÓRCIO BANRISUL	Em R\$	Em %
2017	5	100%
TOTAL	5	100%

Nota 20 - Outras Contas a Pagar

	2015	2014
Consumidor	7	17
Outros Credores	543	139
Total de Outras Contas a Pagar	550	156

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua

livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, cheques não descontados no ano findo de 2015 e credores diversos e Refis.

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagará o referido débito em 180 vezes. O saldo a pagar referente ao Refis no curto prazo é de R\$ 86.531,61.

Nota 21 – Litigio Trabalhistas:

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da diretoria jurídica da Cooperativa e de seus consultores legais externos.

Contingências	Valor	Depósitos Judiciais 2014	Valor Líquido 2015	Valor Líquido 2014
Trabalhistas	500	-	500	-
Regulatórias	-	-	-	-
Cíveis	12	7	19	-
Total de Contingências	512	7	519	-

Os saldos das provisões decorrem de análise do andamento de cada processo, realizado pelas assessorias jurídicas que representam a Ceriluz Distribuição nos mesmos.

Foram constituídas provisões contábeis no montante de R\$ 512.400,00 para suportar eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas de caráter indenizatório, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

Nota 22 - Outras Obrigações Regulatórias:

Pesquisa e Desenvolvimento	2015	2014
P&D - F.N.D.C.T.	11	12
P&D - M.M.E.	5	6
P&D - Empresa	155	88
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	566	373
Encargos CDE	529	45
Bandeiras Tarifárias	10	-
Total	1.276	524

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

PEE – P&D – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento: O PEE e o P&D são programas de investimentos estabelecidos pela ANEEL, para as concessionárias e permissionárias de energia elétrica, calculados em 1% da receita operacional líquida das empresas, sendo 0,50% destinados ao PEE e 0,50% ao P&D. Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDTC e 20% ao MME – Ministério de Minas e Energia, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações das unidades consumidoras.

Nota 23 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

	2015	2014
Neutralidade da Parcela A em Constituição	2.110	38
Componentes Financeiros em Constituição	9	13
Neutralidade da Parcela A em Reconhecida	123	148
Componentes Financeiros Reconhecidos	1.143	2
(-) Amortização da Neutralidade da Parcela A	(62)	(74)
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(572)	(1)
Total	2.751	126

Nota 24 – Outros Credores Longo Prazo

	2015	2014
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Refis	1.112	1.200
Total de Outras Contas a Pagar	1.134	1.222

b) Refis:

No ano de 2010 a cooperativa foi autuada pela receita federal através do auto de lançamento nº 10108000/00295/10 devido a dedução da base de cálculo do valor das despesas administrativas e financeiras. Devido as chances remotas de reverter o auto de lançamento a Cooperativa aderiu ao Refis na forma da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 no qual pagará o referido débito em 180 vezes. O saldo a pagar referente ao Refis no longo prazo é de R\$ 1.112.

Nota 25 – Patrimônio Líquido

Nota 25.1 – Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 6.648 é formado por cotas partes referente a 14.685 associados em 31 de dezembro de 2015.

25.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído a partir de 2014 por 5% (antes de 2014 20%) das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados,

seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e expansão do patrimônio, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem ao desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

Conforme ata de reunião de diretoria número 278 do dia 30/04/2015, foi aprovada a transferência de R\$ 11.000 do Fundo de Manutenção e Expansão da Ceriluz Distribuição, para o Fundo de Geração e Expansão da Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda.

25.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO	REGULATÓRIO
RECURSOS	
Resultado Líquido do Período	(203)
Demais Resultados Abrangentes	4.340
Realização de Reservas Reavaliação	623
Realização de Reservas Reavaliação VNR	3.108
Utilização FATES	609
Resultado Período Abrangente	4.034
DESTINAÇÕES	
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	-
Destinações de Caráter Legal Estatutário	4.575
Reserva Legal 45% – Artigo 47	2.573
FATES – 5% – Artigo 47	286
Reserva Manutenção Redes 30% – Artigo 47	1.716
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.144
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO.	1.582

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

Nota 26 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 5;

Contas a Receber: apresentadas na nota 6;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 19.

b) Valor Justo

Instrumentos Financeiros	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.257	1.257	328	328
Contas a Receber	4.147	4.147	4.205	4.205
Empréstimos e Financiamentos	4.228	4.228	3.050	3.050
Total	9.632	9.632	7.583	7.583

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	1.257	-	1.257
Contas a Receber	-	4.147	-	4.147
Total	-	5.404	-	5.404
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	4.228	-	4.228
Total	-	4.228	-	4.228

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 27 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2015	2014
Ingressos/ Receita Operacional Bruta:	41.523	37.604
Fornecimento de Energia Elétrica - TE	14.608	13.731
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - TUSD	24.008	17.995
Ativos e Passivos Regulatórios	(2.659)	775
Serviços Cobráveis	7	7
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	5.556	5.096
Outras receitas vinculadas	3	-
Tributos sobre Ingressos/ Receita:	(6.434)	(5.286)
ICMS	(5.874)	(4.837)
COFINS	(460)	(369)
PIS	(100)	(80)
Encargos do Consumidor:	(4.443)	(826)
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	(3.443)	(424)
Programa Eficiência Energética - PEE	(146)	(161)
P&D Parcela FNDCT	(59)	(65)
P&D-Parcela MME	(30)	(32)
P&D Empresa	(59)	(64)
Bandeiras Tarifárias	(622)	-
TFSEE	(84)	(80)
Total dos Tributos sobre Ingressos/ Receita e Encargos do Consumidor	(10.878)	(6.112)
Ingressos/Receita Operacional Líquida	30.646	31.492

Nota 28 – Custo do Serviço

Custos não Gerenciáveis – Parcela “A”	2015	2014
Energia Elétrica Comprada para Revenda	6.655	5.075
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	758	662
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	5.050	4.010
TOTAL	12.463	9.747

Custos Gerenciáveis – Parcela B	2015	2014
Pessoal e Administradores	8.271	7.374
Materiais	1.267	1.182
Serviços de Terceiros	1.836	1.795
Arrendamento e aluguéis	44	37
Seguros	44	42
Provisões	3	2
Recuperação de despesas	(197)	(160)
Tributos	54	312
Depreciação e Amortização	5.186	5.165
Outras Receitas Operacionais	(45)	(535)
Outros Gastos Operacionais	1.821	3.228
TOTAL	18.284	18.442

Nota 29 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 30 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios

a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 31 - Máquinas e Equipamentos

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais		
	2013	2014	2015
AIS Bruto ¹	6.268	5.370	2.930
Transformador de Distribuição	976	1.306	810
Medidor	268	252	127
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.798	2.189	1.015
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.281	1.401	978
Demais Máquinas e Equipamentos	945	222	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(1.099)	(1.217)	(465)
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(1.099)	(1.217)	(465)

Nota 32 - Ativos e Passivos Regulatórios

A movimentação das contas de compensação de variação de custos é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2014	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	904	2.661	-	-	(2.675)	890	159	731	890	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	18	45	-	-	(28)	35	-	35	35	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	886	2.616	-	-	(2.647)	855	159	696	855	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	904	2.661	-	-	(2.675)	890	159	731	890	-
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	126	3.708	-	-	(981)	2.853	634	2.219	2.853	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	112	576	-	-	(385)	303	62	241	303	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	14	3.132	-	-	(596)	2.550	572	1.978	2.550	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	126	3.708	-	-	(981)	2.853	634	2.219	2.853	-

Nota 33 - Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A composição destas obrigações:

33.1 – Obrigações Vinculadas em Serviço

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		3.287	-	-	3.287
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	3.137	-	-	3.137
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	150	-	-	150
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		(283)	-	-	(283)
Participação da União, Estados e Municípios	0,00%	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	0,00%	(231)	-	-	(231)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00%	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00%	(52)	-	-	(52)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00%	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00%	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00%	-	-	-	-
Outros	0,00%	-	-	-	-
Total		3.004	-	-	3.004

33.2 - Obrigações vinculadas em curso

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
Em curso	944	2.175	-	(1.697)	-	1.422	444	-	1.421	944
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	132	1.146	-	(470)	-	808	676	-	808	132
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	631	700	-	(1.182)	-	149	(482)	-	149	631
Valores Não Aplicados	1	79	-	(45)	-	35	-	-	34	1
Outros	180	250	-	-	-	430	250	-	430	180
Ultrapassagem de demanda	39	128	-	-	-	167	128	-	167	39
Excedente de reativos	141	122	-	-	-	263	122	-	263	141
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	944	2.175	-	(1.697)	-	1.422	444	-	1.421	944

Nota 34 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Fornecimento - Faturado	13.438	13.306	114.898.000	117.389.000	13.550	13.912
Residencial	1.464	1.371	3.058.000	2.937.000	580	628
Industrial	678	671	12.262.000	13.288.000	5.707	5.568
Comercial	56	54	45.106.000	42.124.000	2.463	2.387
Rural	11.047	10.975	46.423.000	51.355.000	3.610	4.186
Poder público	164	167	1.082.000	1.146.000	172	203
Iluminação pública	29	29	1.345.000	1.313.000	136	117
Serviço público		39	5.622.000	5.226.000	882	823
Suprimento Faturado						-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	24.008	17.995
Consumidores Cativos					24.008	17.995
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(250)	(180)
(-) Trsf p/ OE do AIC - Ultrapassagem Demanda					(128)	(39)
(-) Trsf p/ OE do AIC - Excedente de Reativos					(122)	(141)
(-) Trsf p/ OE. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					1.308	-
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Dev.						-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Pass. Regulat.					(2.659)	775
Serviços Cobráveis					7	7
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					5.556	5.096
Outras Receitas Vinculadas					3	
Total	13.438	13.306	114.898.000	117.389.000	41.523	37.604

Nota 35 - Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2015	2014
Pessoal	7.783	7.176
Remuneração	4.502	4.214
Encargos	1.814	1.623
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	292	272
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	410	386
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	765	681
Administradores	487	577
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	448	549
Benefícios dos administradores	39	29
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	8.270	7.753

Nota 36 - Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

36.1 - BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em R\$ Mil.

2015					2014		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		10.200	2.197	8.003	9.873	904	8.969
Caixa e equivalentes de caixa		1.257	-	1.257	328	-	328
Consumidores	37.1	5.396	1.308	4.088	4.148	-	4.148
Serviços em curso		656	-	656	420	-	420
Tributos compensáveis		775	-	775	585	-	585
Almoxarifado operacional		294	-	294	237	-	237
Despesas pagas antecipadamente		11	-	11	19	-	19
Ativos regulatórios	37.2	889	889	-	904	904	-
Títulos e Valores Mobiliários		43	-	43	35	-	35
Outros ativos circulantes		879	-	879	3.197	-	3.197
Ativo não circulante		112.049	64.271	47.778	114.071	63.588	50.483
Tributos compensáveis		812	-	812	1.040	-	1.040
Depósitos judiciais e cauções		7	-	7	-	-	-
Investimentos		59	-	59	54	-	54
Indenização pela concessão a receber	37.3	-	-925	925	-	-673	673
Outros ativos não circulantes		181	-	181	6.957	-	6.957
Imobilizado	37.4	110.633	109.595	1.038	106.020	105.280	740
Intangível	37.5	357	-44.399	44.756	-	-41.019	41.019
Total do ativo		122.249	66.468	55.781	123.944	64.492	59.452
Passivo							
Passivo circulante		8.610	2.751	5.859	3.360	126	3.234
Fornecedores		1.025	-	1.025	286	-	286
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.772	-	1.772	990	-	990
Obrigações sociais e trabalhistas		1.083	-	1.083	982	-	982
Tributos		141	-	141	296	-	296
Encargos setoriais		1.276	-	1.276	525	-	525
Provisão para Litígios		12	-	12	-	-	-
Passivos regulatórios	37.6	2.751	2.751	-	126	126	-
Outros passivos circulantes		550	-	550	155	-	155
Passivo não circulante		8.516	4.426	4.090	3.282	-	3.282
Empréstimos, financiamentos e debêntures		2.456	-	2.456	2.060	-	2.060
Provisão para litígios		500	-	500	-	-	-
Outros passivos não circulantes		1.134	-	1.134	1.222	-	1.222
Obrigações vinculadas a permissão	37.7	4426	4426	-	-	-	-
Total do passivo		17.126	7.177	9.949	6.642	126	6.516
Patrimônio Líquido							
Capital social		6.648	-	6.648	6.648	-	6.648
Reservas de capital		568	-	568	568	-	568
Reserva de sobras	37.8	27.389	-984	28.373	34.859	599	34.260
Reservas de Reavaliação	37.9	69.374	60.276	9.098	73.704	63.768	9.936
Sobras à disposição da Assembleia		1.144	-	1.144	1.523	-	1.523
Total do patrimônio líquido		105.123	59.292	45.831	117.302	64.367	52.935
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		122.249	66.469	55.780	123.944	64.493	59.451



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

36.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2015, valores apresentados em R\$ Mil.

	2015				2014		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		41.523	-8.867	50.390	37.604	7.444	45.048
Fornecimento de energia elétrica	37.10	14.608	1.057	13.551	13.731	-180	13.911
Disponibilização do sist. de transm. e distrib.		24.008	-	24.008	17.995	-	17.995
Ativos e Passivos Regulatórios	37.11	-2.659	-2.659	-	775	775	-
Serviços cobráveis		7	-	7	7	-	7
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		5.556	-	5.556	5.096	-	5.096
Outras receitas vinculadas		3	-	3	0	-	0
Receita de Construção	37.12	0	-7.265	7.265	0	-8.039	8.039
Tributos		-6.434	-	-6.434	-5.286	-	-5.286
ICMS		-5.874	-	-5.874	-4.837	-	-4.837
PIS-PASEP		-100	-	-100	-80	-	-80
Cofins		-460	-	-460	-369	-	-369
Encargos - Parcela "A"		-4.443	-	-4.443	-826	-	-826
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-148	-	-148	-161	-	-161
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		-3.443	-	-3.443	-424	-	-424
Programa de Eficiência Energética – PEE		-146	-	-146	-161	-	-161
Taxa de fiscalização		-84	-	-84	-80	-	-80
Outros encargos		-622	-	-622	-	-	-
Receita líquida / Ingresso líquido		30.646	-8.867	39.513	31.492	7.444	38.936
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-12.463	-	-12.463	-9.747	-	-9.747
Energia elétrica comprada para revenda		-6.655	-	-6.655	-5.075	-	-5.075
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		-758	-	-758	-662	-	-662
Encargo de uso do sistema de transm. e distrib.		-5.050	-	-5.050	-4.010	-	-4.010
Resultado antes dos custos gerenciáveis		18.183	-8.867	27.050	21.745	7.444	29.189
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		-18.284	-4.157	-22.441	-18.442	-3.131	-23.350
Pessoal e administradores		-8.271	-	-8.271	-7.374	-	-7.374
Material		-1.267	-	-1.267	-1.182	-	-1.182
Serviços de terceiros		-1.836	-	-1.836	-1.795	-	-1.795
Arrendamento e aluguéis		-44	-	-44	-37	-	-37
Seguros		-44	-	-44	-42	-	-42
Provisões		-3	-	-3	-2	-	-2
Recuperação de despesas		197	-	197	160	-	160
Tributos		-54	-	-54	-312	-	-312
Depreciação e amortização	37.13	-5.186	-3.108	-2.078	-5.165	-3.131	-2.034
Outras Receitas Operacionais		45	-	45	535	-	535
Custo de Construção	37.14	0	7.265	-7.265	0	8.039	-8.039
Outras Gastos Operacionais		-1.821	-	-1.821	-3.228	-	-3.228
Lucros antes das receitas e despesas financeiras		-101	-4.710	4.609	3.303	-2.536	5.839
Despesas financeiras	37.15	-579	-8	-571	-140	-1	-139
Receitas financeiras	37.15	478	28	450	334	4	330
Lucro antes dos impostos sobre os lucros		-203	-4.690	4.488	3.497	-2.533	6.030
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		-203	-4.690	4.488	3.497	-2.533	6.030



ILOIR DE PAULI
DIRETOR, PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

37 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS X SOCIETÁRIAS

Nota 37.1 – Consumidores

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória se referem à energia não faturada no valor de R\$ 1.308 que está registrada apenas na contabilidade regulatória.

Nota 37.2 - Ativos Regulatórios

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória se referem à constituição e registro da Neutralidade da Parcela “A” (Encargos Setoriais) – denominados custos não gerenciáveis e correspondem à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado realizado, e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário, além dos componentes financeiros reconhecidos na 1ª Revisão Tarifária.

	2015	2014
Neutralidade da Parcela A em Constituição	35	18
Componentes Financeiros em Constituição	696	192
Componentes Financeiros Reconhecidos	318	1.388
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(160)	(694)
Total	889	904

Nota 37.3 – Indenização pela Concessão a receber

O Ativo Financeiro Indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01. Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão, o valor do ativo financeiro indenizável será objeto de indenização.

Na Contabilidade Regulatória, todo o valor dos bens e instalações utilizados direta ou indiretamente, exclusiva e permanentemente na prestação de serviço público de energia elétrica, está registrado no ativo imobilizado, conforme determina a Resolução nº 396/2009 e o contrato de permissão.

	2015	2014
Maquinas – Subestação Ceriluz 1	240	240
Maquinas – Redes de Distribuição	685	433
Total	925	673

Nota 37.4 – Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades de permissão deverá ser registrado na Contabilidade Regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado e Intangível, enquanto que na Contabilidade Societária os bens reversíveis da concessão se encontram nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível.

Os bens não reversíveis continuam lançados na Contabilidade Societária como Imobilizado.

Na forma da Resolução nº 396/2009, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registrarão contabilmente a título de reavaliação compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária.

Em 2014, a Aneel pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias através da Nota Técnica SER/Aneel nº 189/2014 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a BRR – Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o VNR – Valor Novo de Reposição e a respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

Nota 37.5 - Intangível

Na Contabilidade Societária, por força do ICPC 01 o valor do Intangível corresponde à parcela dos bens, direitos e instalações vinculados a permissão, que será amortizada ao longo do correspondente contrato.

Na Contabilidade Regulatória o Intangível é destinado a contabilizações intangíveis em servidões, uso do bem público, software e outros, empregadas pela Permissionária, de modo exclusivo e permanente, na consecução do objeto da mesma para o Serviço Público de Energia Elétrica.

Nota 37.6 – Passivos Regulatórios

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória se refere ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) - denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

	2015	2014
Neutralidade da Parcela A em Constituição	2.109	38
Componentes Financeiros em Constituição	9	13
Neutralidade da Parcela A em Reconhecida	123	148
Componentes Financeiros Reconhecidos	1.143	2
(-) Amortização da Neutralidade da Parcela A	(61)	(74)
(-) Amortização de Componentes Financeiros Reconhecidos	(572)	(1)
Total	2.751	126

Nota 37.7 – Obrigações Vinculadas a Permissão

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória se refere aos valores da participação financeira dos consumidores nas obras. No antigo Manual de Contabilidade, havia orientação de lançar os valores das obrigações vinculadas como redutora do Ativo Imobilizado, essa orientação não consta no novo Manual de Contabilidade. A Cooperativa resolveu continuar efetuando o lançamento das obrigações vinculadas como redutora do Ativo Intangível na Contabilidade Societária, pois o valor é reduzido no momento da revisão tarifária. Porém, como não existe mais a orientação, a Cooperativa optou por não efetuar o mesmo lançamento na Contabilidade Regulatória.

Nota 37.8 – Reserva de Sobras

Considerando que o resultado colocado à disposição da assembleia, assim como as destinações estatutárias e legais devem corresponder ao que foi apurado na Contabilidade Societária, ao registrarmos tais destinações, na Contabilidade Regulatória, requer que a diferença existente no resultado à disposição da assembleia no valor de R\$ 598.084,45 seja transferido para a conta intitulada “Equalização Resultado Regulatório e Societário” no grupo das Reservas de Lucros. (Vide Nota 3.16).

	2015	2014
Equalização do Resultado Regulatório e Societário do Exercício	1.582	(598)
Total	1.582	(598)

Nota 37.9 – Reserva de Avaliação Patrimonial (Reavaliação Regulatória)

A diferença entre os valores apurados na Contabilidade Societária e Regulatória refere-se à contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória dos bens do Ativo Imobilizado, na forma da Resolução 396/2009 e reconhecidos de acordo com a metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias e Nota Técnica nº 189/2014 – SRE/Aneel.

	2015	2014
Reserva de Reavaliação Regulatória de Softwares	30	84
Reserva de Reavaliação Regulatória de Terrenos	279	279
Reserva de Reavaliação Regulatória de Edificações	146	151
Reserva de Reavaliação Regulatória de Maquinas e Equipamentos	59.432	62.565
Reserva de Reavaliação Regulatória de Veículos	389	690
Total	60.276	63.769

Nota 37.10 – Fornecimento de Energia Elétrica

O valor apresentado como Ajuste dos CPCs, correspondente a energia não faturada, a ultrapassagem de demanda e o excedente de reativos que foram registradas na Contabilidade Regulatória e não na Contabilidade Societária.

Fornecimento:	2015	2014
Fornecimento Faturado	13.550	13.911
Fornecimento Não Faturado	1.308	0,00
Excedentes de Reativos	(122)	(141)
Ultrapassagem de Demanda	(128)	(39)
Total	14.608	13.731

Nota 37.11 – Ativos e Passivos Regulatórios

O valor apresentado como Ajuste dos CPCs, correspondem aos encargos setoriais pagos mensalmente com base nos valores definidos por ocasião da revisão tarifária e ou reajuste tarifário e aqueles devidamente arrecadados dos consumidores, além do valor correspondente a amortização dos Componentes Financeiros e da Neutralidade da Parcela A do Reajuste Tarifário 2015.

Ativo Circulante	2015	2014
Neutralidade da Parcela A	(170)	(106)
Componentes Financeiros	(2.489)	881
Total	2.659	775

Nota 37.12 – Receita de Construção

A diferença verificada nesse grupo se refere à receita de construção (CPC 27), que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização no final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento a ITG 01, aprovada pela resolução CFC 1.261/2009. A contabilidade regulatória, não prevê tratamento para o registro dessa receita. O valor apresentado nessa conta, na Contabilidade Regulatória, corresponde às Outras Receitas e Rendas.

	2015	2014
Receita de Construção	7.265	8.039
Total	7.265	8.039

Nota 37.13 – Depreciação e Amortização

A origem da diferença entre os saldos da Contabilidade Regulatória e da Contabilidade Societária está no tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão. Na Contabilidade Societária tem-se o entendimento que os mesmos geram um direito de recuperação do valor e, portanto, os considera como Intangíveis, os registros da reintegração são efetuados como despesa de amortização.

Na Contabilidade Regulatória os investimentos devem ser contabilizados no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação. Desta forma os valores que na Contabilidade Societária estão registrados em contas de amortização, na Contabilidade Regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente a Contabilidade Regulatória e Societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR –Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na Contabilidade Regulatória:

	2015	2014
Depreciação/Amortização	2.078	2.033
Depreciação/Amortização do VNR	3.108	3.132
Total	5.186	5.165

Nota 37.14– Custo de Construção

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na Contabilidade Societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na Contabilidade Regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado.

	2015	2014
Custo de Construção	7.265	8.039
Total	7.265	8.039

Nota 37.15 – Receita Financeira / Despesa Financeira

A diferença entre os valores apurados nas Contabilidades Societária e Regulatória se refere ao registro da variação monetária (IPCA) da neutralidade dos encargos setoriais e ativos ou passivos regulatórios levantados conforme notas 3.2 e 3.6.

	2015	2014
Variações Monetárias Ativos Regulatórios	28	4
Variações Monetárias Passivos Regulatórios	(8)	(1)
Total	20	3

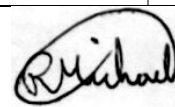
Nota 37.16 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório

No quadro abaixo, tendo como base o Demonstrativo Societário de Resultado Abrangente e Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral, são demonstrados os efeitos dos ajustes no resultado regulatório em comparação ao resultado societário. Dentre os ajustes, foi efetuada a recomposição do resultado regulatório pela realização e reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória. Considerando que as sobras à disposição da assembleia e as destinações legais e estatutárias apuradas na societária, devem também servir para a regulatória, encontramos uma diferença de R\$ 1.685 na conta de saldo a disposição da assembleia, valor este de cunho exclusivamente regulatório, o qual transferimos para a conta Equalização Resultado Regulatório e Societário no grupo das Reservas de Lucros.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS À	SOCIETÁRIO	AJUSTES	REGULATÓRIO
RECURSOS			
Resultado Líquido do Período	4.487	(4690)	(203)
Demais Resultados Abrangentes	1.232	3.108	4.340
Realização de Reservas Reavaliação	623		623
Realização de Reservas Reavaliação VNR		3.108	3.108
Utilização FATES	609		609
Resultado Período Abrangente	5.719	(1.582)	4.034
DESTINAÇÕES			
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	-		-
Destinações de Caráter Legal Estatutário	4.575		4.575
Reserva Legal 45% – Artigo 47	2.573		2.573
FATES – 5% – Artigo 47	286		286
Reserva Manutenção Redes 30% – Artigo 47	1.716		1.716
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.144		1.144
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO.	0,00	(1.582)	1.582



ILOIR DE PAULI
DIRETOR. PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR
CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87



COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA.

Rua do Comércio, 921 – Fone/Fax: (55) 3331 9100 – Ijuí/RS – CEP: 98700-000

CNPJ: 87.656.989/0001-74 – IE: 065/0021908 – www.ceriluz.com.br

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Ijuí 29 de abril de 2016.

Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ

Ilon de Pauli - Presidente
CPF: 166.969.800-91

Gilmar Luiz Mattioni - Diretor Financeiro
CPF: 308.118.560-20

Rubio Fabricio Michael - Contador
CRC: 079358/O
CPF: 925.751.290-87